

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Presidente da Câmara faz sondagem sobre imposto para os super-ricos 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Importações de sites como AliExpress e Shein crescem 150% em cinco anos 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Militares das três Forças estão envolvidos em caso das joias 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Exclusão de até R\$ 5 bi da meta fiscal para estatais investirem no PAC foi pedido da Gestão 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Resolução da Previc simplifica atos normativos 12

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
SEGURIDADE SOCIAL

GoiâniaPrev terceiriza censo previdenciário por RS 3,58 mi 13

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quais são as dez doenças que mais afastaram o trabalhador em 2023 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
POLÍTICA

Haddad gera desgaste com a Câmara 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para Lira, "manifestações enviesadas" não ajudam na "construção de pontes" 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Crítica de Haddad ao poder da Câmara adia negociação sobre arcabouço fiscal 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Governo acena com vaga no ministério para Lira em 2025 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tem pressa para aprovar arcabouço fiscal e orçamento - MERCADO S/A 23

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fiel à reforma tributária (Artigo) 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zema enfrenta obstáculos para obter projeção nacional 26

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

| | |
|--|----|
| 'O Senado tem toda legitimidade de alterar o nosso relatório', diz relator do arcabouço na Câmara | 28 |
| O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Queda de braço | 29 |
| O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Senado precisa ser fiel à reforma tributária | 30 |
| PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Comércio e serviços pedem imposto seletivo fora da reforma tributária e regime especial para bares | 31 |
| PORTAL UOL - COLUNA REFORMA TRIBUTÁRIA | |
| Reconversa: Reação exagerada de Lira prova acerto da fala cordata de Haddad | 33 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Projeções de inflação encostam no teto da meta e diminuem risco de estouro | 36 |
| O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| A revolta dos argentinos (Editorial) | 38 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| China acumula dados econômicos decepcionantes | 39 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA | |
| Haddad descarta fim do parcelamento sem juros | 41 |
| ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA | |
| Risco econômico nas primárias argentinas (Editorial) | 43 |
| FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA | |
| Processo de desinflação é lento, diz diretora que divergiu no Copom | 44 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Prévia do PIB tem alta de 0,63% em junho, diz BC | 45 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA | |
| O que impede o acordo com a UE - MÍRIAM LEITÃO | 46 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA | |
| 'Não acredito em Estado que não se importa com dívida', diz ministro | 48 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA | |
| Atividade tem alta de 0,63% em junho, mostra prévia do PIB | 49 |

Presidente da Câmara faz sondagem sobre imposto para os super-ricos

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BIANCA
LIMA BRASÍLIA**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), começou a medir a temperatura em relação à aceitação e eficácia das medidas que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer aprovar para aumentar a arrecadação em 2024. Entre elas, está a taxação de fundos de super-ricos e de investimentos feitos por brasileiros no exterior, chamados de offshore.

O Estadão apurou que Lira tem feito consultas a lideranças e representantes do setor privado para avaliar a efetividade dessas medidas.

O temor é de que a mudança na tributação dos fundos leve a uma fuga de investimentos para outros países, como o vizinho Uruguai, e se traduza em pouco ou nenhum efeito arrecadatário, pois os investidores buscariam outros instrumentos para escapar da tributação mais alta.

No entanto, não é apenas a questão fiscal que está em jogo.

O comando da Câmara e parte das lideranças têm relatado a interlocutores a preocupação de ficarem com a pecha de protetores dos ricos, e temem que isso possa, inclusive, ser usado na retórica do governo para fustigar o Congresso.

A movimentação de Lira ocorre em meio ao ceticismo do mercado financeiro em relação ao cumprimento da meta definida por Haddad, de zerar o déficit das contas do governo no ano que vem, e às vésperas do debate sobre o Orçamento de 2024, que será enviado pelo governo até 31 de agosto.

O projeto já terá de contar com a previsão de medidas arrecadatórias.

O resultado dessas sondagens já pode ser visto nas falas recentes do parlamentar, que tem apontado que não basta elevar a arrecadação do governo, que também é necessário olhar para o lado da despesa e "equilibrar todos os pratos".

DEFESA. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sustentado que com a taxação dos fundos

exclusivos (usados pelos super-ricos), a dos fundos offshore e a volta do voto de desempate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** é possível manter a meta de zerar o déficit no próximo ano.

Os apelos de Haddad, porém, ainda não sensibilizaram o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Danilo Forte (União Brasil-CE). Ao Estadão, Forte disse, porém, que não vê espaço para a aprovação de medidas que aumentem a carga tributária. Nem mesmo as propostas que taxam os mais ricos.

"É muito difícil aumentar imposto nessa altura do campeonato", afirmou o relator.

"E o Arthur (Lira) já disse que não vota essa matéria (as medidas arrecadatórias) enquanto não concluir a questão da **reforma tributária**. Para este ano, será muito difícil. Não vejo ânimo e boa vontade para votar." Segundo Forte, Haddad está esperançoso de que as medidas do **Carf** e a taxação de fundos exclusivos e de offshores resolverão o problema. "Mas acho que ele está muito ambicioso", disse.

Lideranças do Congresso têm sido alertadas por economistas do mercado que as medidas até agora propostas serão insuficientes para zerar o déficit, e que as previsões de arrecadação da equipe de Haddad estão infladas. A desconfiança com o potencial arrecadatário das iniciativas já alimenta a especulação de que a meta de zerar o déficit no Orçamento em 2024 será alterada.

O deputado Joaquim Passarinho, vice-líder do PL na Câmara, alertou que os exemplos mundiais mostram que taxar super-ricos ocasiona uma fuga de capitais, como ocorreu da Argentina para o Uruguai - em 2020, a Casa Rosada conseguiu aprovar lei que taxava grandes fortunas em 3,5%. "Podemos discutir essas medidas, mas elas vão adiantar? Como vamos evitar essa fuga?", disse o parlamentar.

"Não adianta criar uma taxação em cima do que não vou conseguir cobrar. Cinco por cento em cima de nada é nada", disse.

"O Arthur (Lira) já disse que não vota essa matéria (as medidas arrecadatórias) enquanto não concluir a

questão da **reforma tributária**. Para este ano, será muito difícil.

Não vejo ânimo e boa vontade para votar" Danilo Forte
(União Brasil-CE) Relator da LDO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Importações de sites como AliExpress e Shein crescem 150% em cinco anos

WESLEY GONSALVES

O brasileiro nunca comprou tanto em sites estrangeiros como Shein, AliExpress, Wish, Shopee ou Amazon. Levantamento da **Receita Federal** apontou que a compra via ecommerce de "cross border" (negócios com produtos de diferentes países) cresceu 150% nos últimos cinco anos. São mais de 176 milhões de volumes importados em 2022 entre itens tributáveis e isentos (como cartas e documentos).

Isso demanda uma estrutura de logística complexa, incluindo acordos com empresas ligadas ao transporte de cargas para que as encomendas atravessem mais de 16 mil quilômetros entre a China e o Brasil e cheguem, o mais rapidamente possível, aos clientes.

Em meio à disputa do frete rápido e para acomodar os produtos vendidos e entregá-los, as empresas do setor têm apostado em galpões gigantescos como centros de distribuição, utilizando serviços de empresas de logística internacional e até ampliado a frota própria de aviões.

Marca de e-commerce do gigante chinês Alibaba, o AliExpress tem no Brasil uma das suas principais operações no mundo, o que fez com que a companhia ampliasse a sua malha logística por aqui. A empresa começou o ano de 2021 com cinco voos semanais, e em agosto de 2022 anunciou a ampliação para oito viagens semanais.

Sem uma frota própria, a Shein utiliza os serviços de empresas de transporte de cargas e tem investido em galpões logísticos no País, principalmente após o anúncio de nacionalização da produção, que até então era toda feita na China.

Além da parceria com as fábricas da Coteminas, a chinesa também se uniu à plataforma de entregas Pegaki para escoar a produção local.

A empresa informa que tem cinco centros de distribuição, que somam cerca de 200 mil metros quadrados de área de armazenamento, o equivalente a 18 campos de futebol. São armazenados tanto itens produzidos no Brasil quanto os trazidos da China. Com 164 unidades já em operação, a expectativa da Shein é chegar à marca de 2 mil unidades fabris no País nos próximos anos.

LOCAIS. No caso do e-commerce de Cingapura Shopee, apesar da possibilidade de compras vindas de outros países, o foco do negócio são as transações feitas por "vendedores" locais (como são chamadas as lojas virtuais) que utilizam a sua plataforma. O marketplace tem 3 milhões de vendedores cadastrados, que representam 85% das transações. Os outros 15% vêm de fora. A entrega é feita por meio de parcerias com empresas logísticas.

No País, os produtos estrangeiros são divididos em dois tipos de remessa: expressa e postal.

A primeira é a modalidade mais comum no caso de importações feitas por empresas, enquanto a segunda é a mais utilizada por pessoas físicas em compras de e-commerce de cross border, por ser um canal de baixo custo para as importações.

No País, 41 empresas estão habilitadas a operar os serviços de courier (que faz coleta e entrega de produtos do exterior dentro do território nacional), como DHL, Fedex e Cainiao.

Ainda segundo o relatório aduaneiro da **Receita Federal**, para os mais de 176 milhões de volumes importados em 2022, foram emitidas 3,4 milhões de declarações de importação de remessa (DIR), que juntas totalizam mais de US\$ 245 milhões.

O valor representou crescimento de 32% em comparação com 2021.

Para Ulysses Reis, especialista em varejo da Strong Business School (SBS), o relatório aduaneiro da **Receita Federal** evidencia os investimentos dos gigantes de e-commerce para expandir sua base de consumidores no País, algo iniciado anos atrás, mas que se intensificou durante a pandemia.

"O boom do e-commerce na pandemia está ligado à mudança de comportamento de consumo dos brasileiros", diz.

DECLÍNIO. Mesmo que o segmento de remessas postais tenha apresentado crescimento expressivo nos últimos anos, Reis acredita que o balanço de operações em 2023 deve apresentar declínio nos números por dois fatores: o primeiro está ligado aos

planos de nacionalização de produção e vendas da Shein, que antes importava integralmente os itens vendidos no Brasil; o segundo é a mudança nas regras para importação.

Reis diz que a mudança na normativa ainda é difícil de ser entendida pelos compradores, o que deixa os usuários de ecommerce apreensivos se serão taxados no momento do desembaraço aduaneiro.

Batizado de Remessa Conforme, o programa terá adesão voluntária por parte das varejistas, que incluem, por exemplo, as asiáticas Shein, Shopee e Aliexpress. Os sites que aderirem às normas serão obrigados a cobrar os **tributos** antecipadamente, no momento em que o produto for adquirido. Hoje, essa cobrança só ocorre quando a mercadoria chega ao País.

Em troca, terão isenção do Imposto de Importação - que é federal e tem alíquota de 60%, nas compras até US\$ 50 (cerca de R\$ 240). Atualmente, essa isenção só é válida para o envio de remessas entre pessoas físicas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Militares das três Forças estão envolvidos em caso das joias

Militares de variadas patentes, de sargentos a oficiais-generais, das três Forças Armadas, mas sobretudo do Exército, são investigados por suspeita de corrupção e malfeitos durante e depois do governo Jair Bolsonaro (PL).

*

General de Exército Mauro César Lourena Cid

Pai do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Lourena Cid ajudou o filho na negociação de venda de presentes, segundo a PE Na investigação, foi anexada uma foto na qual aparece o reflexo do general na superfície de uma caixa que acomodou uma palmeira dourada folheada a ouro.

O general de quatro estrelas, posto máximo do Exército, integrou o Alto Comando e chefou o Comando Militar do Sudeste e o Departamento de Educação e Cultura da corporação.

No governo Bolsonaro, foi nomeado chefe do escritório brasileiro da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), em Miami. Ele tinha sido colega de academia militar do ex-presidente, nos anos 1970.

Almirante de Esquadra da Marinha Bento Albuquerque

Ministro das Minas e Energia de Bolsonaro do início do governo, em 2019, a maio de 2022, é alvo de inquérito por suspeita de omitir informações à **Receita Federal** sobre o transporte e a entrada no Brasil de joias presenteadas por sauditas a Bolsonaro.

Albuquerque deixou o ministério no ano passado, meses antes da eleição, em meio a pressão do então presidente contra um reajuste de combustíveis. "Petrobras, estamos em guerra. Petrobras, não aumente mais o preço dos combustíveis", disse Bolsonaro dias antes da troca.

Contra-almirante da Marinha José Roberto Bueno Junior

Foi chefe de gabinete de Bento Albuquerque no Ministério das Minas e Energia e atuou para tentar reverter a apreensão de joias na **Receita Federal** do

aeroporto de Guarulhos.

Coronel da reserva do Exército Marcelo Costa Câmara

Assessor especial do gabinete pessoal de Bolsonaro na Presidência, era o principal ponto de contato do tenente-coronel Cid nas operações para recuperar as joias colocadas à venda depois que o caso veio à tona.

Segundo seu depoimento à PF, Bolsonaro o designou para cuidar do acervo presidencial após sua saída do Palácio do Planalto. Foi apontado, em uma reportagem da revista Veja em 2020, como chefe de um serviço paralelo de inteligência no Planalto.

Tenente-coronel do Exército Mauro Cid

É peça central de um esquema de venda ilegal de presentes dados ao governo brasileiro que deveriam ter sido incorporados ao acervo presidencial, segundo as investigações.

Chefe da ajudância de ordens da Presidência durante o governo Bolsonaro, está preso desde maio sob suspeita de ter adulterado os registros de vacinação do ex-presidente e de familiares. E investigado também por participação nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

A insistência do ex-co mandante do Exército Júlio César de Arruda em manter a nomeação de Cid para comandar o 1º Batalhão de Ações de Comandos, em Goiânia, uma tropa de elite do Exército, apesar de ele já estar associado a escândalos, é apontada como a gota d'água para a demissão do ex-chefe da força terrestre. A exoneração ocorreu por ordem do presidente Lula menos de duas semanas após os ataques golpistas de 8 de janeiro.

Em depoimento no Congresso Nacional em julho, o tenente-coronel não respondeu perguntas, mas se manifestou afirmando que seu papel no governo anterior é superestimado. Disse que a função de ajudantes de ordens equivale à de um secretário e que não tinha poder de decisão.

Primeiro-tenente da Marinha Jairo Moreira da Silva

Também participou da operação para tentar liberar

joias apreendidas pela **Receita Federal** no aeroporto de Guarulhos.

Tenente da Marinha Marcos André Soeiro

Ex-assessor do ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, transportou as joias apreendidas pela **Receita Federal** no aeroporto de Guarulhos em outubro de 2021.

Segundo-tenente da ativa do Exército Osmar Crivelatti

Um dos alvos da operação da PF na sexta (11), foi, segundo as investigações, designado pelo tenente-coronel Cid para receber o relógio da marca Chopard que havia ido a leilão, sem sucesso, em Nova York.

Foi um dos oito nomeados por Bolsonaro para trabalhar com ele depois que deixou a Presidência, com salários custeados pelos cofres públicos. Nessa condição, integrou a equipe que viajou com Bolsonaro para os EUA às vésperas da mudança de governo, no dia 30 de dezembro.

Segundo-tenente do Exército Cleiton Henrique Holzschuk

Ex- integrante da ajudância de ordens da Presidência, participou da operação para tentar liberar joias apreendidas na **Receita Federal** do aeroporto de Guarulhos.

Também esteve presente na ação para manter sob a posse pessoal de Bolsonaro possíveis pedras preciosas entregues ao ex-presidente no fim de outubro do ano passado em Teófilo Otoni (MG). O caso é alvo da CPI do 8 de janeiro, no Congresso.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50369>

Exclusão de até R\$ 5 bi da meta fiscal para estatais investirem no PAC foi pedido da Gestão

Idiana Tomazelli

A exclusão de até R\$ 5 bilhões em despesas com o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da meta fiscal de despesas de estatais para 2024 foi um pedido do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, comandado pela ministra Esther Dweck.

A intenção por trás da solicitação é abrir caminho para investimentos de empresas como Eletronuclear, Infraero e as companhias do setor portuário.

Ainda não há informação sobre os valores específicos que cada companhia vai destinar ao programa em 2024, mas já é público que o Novo PAC prevê R\$ 1,9 bilhão nos próximos anos para modernizar a usina nuclear de Angra 1, administrada pela Eletronuclear. Além disso, o governo incluiu no material sobre o programa uma menção ao estudo de viabilidade para a conclusão das obras de Angra 3.

A proposta para a meta das estatais foi incluída na mensagem modificativa enviada na segunda-feira (7) pelo governo para alterar o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 e teve repercussão negativa entre economistas, que viram na iniciativa a reedição de um expediente já adotado em gestões anteriores do PT: descontar gastos do cálculo para, na prática, afrouxar a meta.

O conjunto das estatais federais precisa ter um déficit de até R\$ 7,3 bilhões em 2024. A mudança, caso aprovada pelo Congresso, permitirá um rombo efetivo maior.

O valor de até R\$ 5 bilhões poderá ser abatido da meta de déficit do Programa de Dispêndios Globais, que reúne as empresas federais que não dependem de recursos da União para cobrir despesas rotineiras (como pagamento de pessoal).

O maior motivo de desconfiança é a ligação existente entre o objetivo das estatais e o do governo, cuja meta fiscal de zerar o déficit no ano que vem tem sido vista com ceticismo. Para cumprir o objetivo, as receitas precisam ser elevadas em cerca de R\$ 130 bilhões.

No texto original, enviado em abril, o PLDO já previa que qualquer saldo melhor que o esperado no resultado das estatais pode compensar um resultado pior do que a meta para o governo central (que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**).

Segundo interlocutores do governo, a ampliação de gastos dessas estatais no Novo PAC deve ficar abaixo dos R\$ 5 bilhões previstos na mensagem modificativa -o que sustentaria o temor dos economistas de que a sobra seja usada pelo governo para compensar uma frustração em sua própria meta.

No entanto, a opção do Ministério da Gestão pelo desconto de um valor específico, em vez de simplesmente alterar o alvo a ser perseguido pelas estatais na gestão de gastos, foi uma forma de "carimbar" as despesas extras para uso exclusivo no Novo PAC.

Assim, de acordo com esses interlocutores, a alteração não poderá ser usada por motivos desvinculados ao programa de investimentos. Também ficaria, na visão do governo, mais difícil usufruir do canal de ligação entre as duas metas.

A ministra Esther Dweck também é uma das integrantes da JEO (Junta de Execução Orçamentária), ao lado dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento). De acordo com relatos, o pedido da Gestão foi tratado no âmbito do colegiado.

A mensagem modificativa enviada ao Congresso, porém, trouxe a digital apenas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e da ministra Simone Tebet, cuja pasta é a responsável pelas medidas operacionais do Orçamento.

Na reformulação da Esplanada dos Ministérios, a Gestão passou a abrigar a Sest (Secretaria de Coordenação Exclusão de até R\$ 5 bi da meta fiscal para estatais investirem no PAC foi pedido da Gestão e Governança das Empresas Estatais), órgão que faz a ponte do governo com as estatais federais e lança diretrizes de gestão e políticas de pessoal

Procurado, o ministério informou que os investimentos "são realizados com recursos das próprias empresas, já em caixa, acumulados em anos anteriores", e não terão impacto nas estatísticas de endividamento do governo geral.

"Cabe destacar que as estatais têm um papel extremamente relevante e estratégico no desenvolvimento do país, na geração de empregos e investimentos, promovendo impactos positivos em várias cadeias produtivas e na melhoria da infra estrutura nacional", afirma a Gestão por meio de nota.

"Ao associar um montante de investimentos das empresas estatais ao PAC, a excepcionalidade busca garantir agilidade e foco aos projetos prioritários constantes da carteira do programa", acrescenta.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50369&maxTouch=0&anchor=6481619&pd=ea60654ce91c3962184013066233b954>

Resolução da Previc simplifica atos normativos

A diretoria colegiada da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) aprovou, por unanimidade, a Resolução 23 - que consolidará 40 atos normativos da autarquia, editados desde 2007. Os detalhes da redação final estão sendo fechados e a previsão é que o texto seja publicado no "Diário Oficial da União" até quinta-feira.

Segundo nota divulgada pela Previc, a nova resolução simplifica os atos normativos da autarquia ao reuni-los em um único texto, ao mesmo tempo que exclui "excessos de regulação" e altera alguns entendimentos sobre o setor.

Uma mudança significativa é no entendimento sobre o papel da Previc, que não é órgão regulador. A nova resolução também modifica a classificação das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar**, que passa a observar critérios de porte e complexidade de cada uma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187632>

GoiâniaPrev terceiriza censo previdenciário por R\$ 3,58 mi

Márcio Leijoto marcioJeijoto@opopular.com.br

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia (GoiâniaPrev) contratou sem licitação por R\$ 3,58 milhões uma empresa de Cuiabá para fazer um censo de cadastramento previdenciário envolvendo cerca de 40 mil servidores efetivos, aposentados e pensionistas. O órgão decidiu antecipar em um ano a realização do levantamento sob alegação de que a medida seria benéfica financeiramente e necessária após a pandemia da Covid-19 e os resultados do Censo Demo-gráfico2022.

A Agenda Assessoria, Planejamento e Informática, de Cuiabá, foi selecionada por meio de uma adesão à ata de registro de preço de um pregão presencial realizado pelo Consorcio Publico Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de **Previdência Social** dos Municípios Mato-Grossenses (Consprev), no qual a empresa foi a única participante. Não é o primeiro pregão presencial com registro de preço no qual a Agenda se consagra vencedora sem concorrentes.

O presidente do GoiâniaPrev, Carlos Alberto Branco Antunes Junior, o Carlos Júnior, afirmou que o censo de cadastramento é uma das bases do cálculo atuarial, estudo anual na qual se mensura os recursos necessários para a cobertura dos beneficiados pelo regime previdenciário pelas próximas décadas. Ele também lista uma série de oportunidades que seriam permitidas após a atualização dos dados dos servidores municipais ativos e inativos.

Carlos Júnior justifica a contratação sem licitação afirmando que a empresa tem bastante experiência na área, é "altamente conceituada" e "respeitada no segmento em que atua", além de ter ofertado um valor que é de 15% a 20% abaixo ao encontrado no mercado. Ele diz acreditar que esse preço foi possível pelo volume de contratos que a empresa está apta a realizar nesta licitação, já que o consórcio envolve dezenas de prefeituras mato-grossenses e atas de registro de preços permitem adesão de qualquer órgão público no Brasil.

A adesão à ata, modalidade também conhecida como "carona", permite que um órgão público contrate empresas para obra ou serviço sem precisar realizar um processo licitatório, bastando a contratada ter logrado êxito em licitação feita em outro lugar.

Reportagem publicada pelo POPULAR no dia 20 de julho mostrou que a Prefeitura de Goiânia tem cada vez mais preferido esta prática, tendo concretizado em 2023 quase o dobro do verificado em 2019, último ano antes da entrada de Rogério Cruz (Republicanos) como prefeito.

O Consprev envolve 61 municípios do Mato Grosso, entre eles Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Garças, Primavera do leste eTangará da Serra. Ao POPU - LAR, o consórcio afirmou que além do GoiâniaPrev já aderiram à ata o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe (Sergipe Previdência), o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (1GPPS) e o Instituto de Previdência dos Servidores de Natal (NatalPrev). Já dentro do consórcio, três prefeituras já celebraram um acordo com a empresa.

"O Consprev é um consórcio público de municípios que visa a melhoria nos processos de gestão dos regimes próprios de **previdência social** (RPPS), desenvolvendo rotinas de capacitação dos gestores dos RPPS consorciados, promoção de educação previdenciária e demais atividades necessárias ao aperfeiçoamento da gestão. Também possibilita o ganho de escala em licitações compartilhadas", afirmou o órgão em nota ao jornal.

O censo previdenciário está previsto legalmente na lei federal 10.887, de 2004, em que se estabelece um prazo de no mínimo cinco anos para cada levantamento. O prazo para o GoiâniaPrev, segundo Carlos Júnior, venceria em maio. O assunto estava sendo discutido desde março, quando em meados de junho se decidiu pela contratação da Agenda Assessoria por meio de adesão à ata.

O primeiro e único censo feito pelo GoiâniaPrev foi em 2019. Todo servidor efetivo na ativa e inativo, além de pensionistas, são obrigados por lei a fazê-lo. Nele são atualizados os dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores.

Anualmente, o GoiâniaPrev realiza a prova de vida dos aposentados e pensionistas, na data do aniversário destes, envolvendo cerca de 12 mil pessoas. Este serviço é feito pelo próprio órgão, e Carlos Júnior pede para que não se confunda com o censo. "O censo é bem mais amplo e envolve também os servidores na

ativa", explicou.

No censo de 2019, o GoiâniaPrev alega ter conseguido economizar R\$ 400 mil por mês com a atualização da base de dados. Isso porque 329 servidores que apareciam como beneficiados não compareceram para o recadastrado, que teve duração de quatro meses naquele ano.

Carlos Júnior diz que o GoiâniaPrev também conseguiu uma economia de R\$ 600 mil por mês após atualização dos dados após três anos de pandemia da Covid-19 e a impossibilidade de se fazer nesse período a prova de vida dos beneficiados. Segundo ele, o instituto tem acesso a informações dos cartórios goianos, mas não os de outros estados e um dos problemas nesta época era saber quando um beneficiado que morava em outro estado morria.

O presidente do GoiâniaPrev também diz que o resultado do censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou abaixo do que se esperava em Goiânia, com uma população menor, o que tem impacto no cálculo atuarial do órgão.

Para Carlos Júnior, a atualização dos dados cadastrais dos servidores permitirá que o órgão tenha um balanço mais preciso de sua situação e possa investir melhor seus recursos, avaliados em torno de R\$ 2 bilhões - metade em patrimônio financeiro e a outra metade em imobiliário.

Sede do GoiâniaPrev, no Avenida B. no Setor Oeste:
novo censo

Site: <https://opopular.com.br/digital/15-agosto-2023/1o-caderno>

Veja quais são as dez doenças que mais afastaram o trabalhador em 2023

Economia

**/
Do R7**

A principal causa de afastamento do trabalho registrada nos primeiros sete meses de 2023 foi o mioma (leiomioma), um tumor benigno de útero.

Segundo o levantamento do Ministério da **Previdência Social**, feito a pedido do R7, de janeiro a julho deste ano, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) concedeu 21.455 benefícios por incapacidade, o antigo auxílio-doença, por causa do mioma.

Em seguida, estão o transtorno do disco lombar, com 21.326 benefícios concedidos, e a dor lombar baixa (lombalgia), com 21.166 casos.

O levantamento considera somente aqueles afastamentos por mais de 15 dias e que, conseqüentemente, geraram um benefício ao segurado do **INSS**.

O advogado trabalhista Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados, afirma que a maioria das doenças em relação a afastamento no **INSS** está diretamente relacionada ao trabalho, desenvolvidas pelo trabalhador diante de acidentes ou por trabalho de esforço repetitivo.

Já o mioma não está relacionado diretamente ao trabalho. "Podemos dizer que é de ordem genética, que o seu afastamento gera direitos pela previdência, mas não há responsabilidade trabalhista", explica o advogado.

O número desses casos no **INSS** pode estar relacionado à incidência da doença na população feminina. De acordo com a Febrasgo (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia), estima-se que 80% das mulheres em idade fértil tenham miomas em algum momento.

Na tabela relacionada, as doenças consistem em cunho ortopédicos que levam em uma redução de capacidade laborativa de forma temporária, o que sugere um auxílio-doença ou até mesmo uma

incapacidade permanente ensejando uma aposentadoria por invalidez

Ruslan Stuchi

O fato de a principal causa em 2023 ter sido o tumor benigno de útero surpreendeu a advogada trabalhista Lariane Del Vecchio, do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados. "No meu entendimento, o que mais afasta seriam os problemas relacionados ao trabalho mesmo, problema de coluna, doenças ergonômicas, estresse e ansiedade, síndrome de burnout, ou lesão por esforço repetitivo. Realmente me surpreende porque é algo que não vejo no dia a dia", afirmou a advogada.

Ela explica que o benefício por incapacidade temporária pode ser requerido após o 15º dia de validade do atestado médico. Antes disso, quem deve pagar é a empresa. Del Vecchio orienta o trabalhador a prestar a atenção se é uma doença normal ou se é uma doença ocupacional, aquela ocasionada pelo trabalho.

"Neste caso, o valor do benefício é maior e gera mais direitos como estabilidade na empresa pós alta médica e pagamento do fundo de garantia pela empresa no período. É isso que tem que ficar atento", alerta.

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Outro ponto é que o valor do benefício por aposentadoria por invalidez é menor do que o auxílio-doença. Com isso, é mais interessante que o trabalhador receba o auxílio-doença e vá pedindo a prorrogação, caso não esteja bem, do que optar por uma aposentadoria por invalidez. O cálculo é feito como se pessoa já estivesse se aposentando, enquanto que o valor do auxílio é equivalente a cerca de 91% do salário.

"Acho que tem que se atentar nisso, se o afastamento é por acidente ou doença do trabalho ou se é algo degenerativo que não tenha relação, porque são benefícios diferentes e que geram reflexos diferentes", acrescenta a advogada.

Del Vecchio também destaca que a prorrogação do auxílio não é feita de forma automática pelo **INSS**. A

pessoa deve pedir a prorrogação 15 dias antes de o benefício vencer, caso não esteja ainda recuperada.

Para o advogado José Eduardo Pastore, sócio do escritório Pastore Advogados, uma parte das doenças poderia ser evitada caso os empregadores focassem mais na prevenção. "O que eu noto é uma desatenção das empresas em relação à prevenção. Tanto nas doenças físicas quanto nas doenças emocionais, parte significativa delas ocorre por uma desatenção na prevenção", afirma o advogado.

Segundo Pastore, após a pandemia, vieram outros tipos de problemas de saúde por conta das doenças vinculadas às tecnologias. Ele cita, por exemplo, a usos de computador e reuniões virtuais no home office. "Por isso, existe uma tendência hoje do direito à desconexão. O direito que o trabalhador tem de se desconectar das tecnologias."

As empresas acabam negligenciando as medidas preventivas. São doenças que poderiam ser evitadas, que poderiam ser mitigadas. Nós temos no direito do trabalho no Brasil um arsenal para isso, como normas regulamentadoras, questões da prevenção do campo previdenciários, de saúde e segurança, exame demissionário. Se a gente tem esse arsenal todo, essas ferramentas, e ainda assim trabalhadores ficando doente, é que está tendo uma desatenção na prevenção.

José Eduardo Pastore

Recentemente, o **INSS** mudou concessão do benefício por incapacidade temporária. Agora, a emissão do parecer conclusivo da perícia médica federal não é mais necessária.

Para a concessão do benefício, é preciso enviar uma lista de documentos. De acordo com o **INSS**, o prazo máximo para a concessão do benefício será de 180 dias. Se o pedido for negado, um novo requerimento pode ser solicitado num prazo máximo de 15 dias.

Os documentos poderão ser enviados por meio do aplicativo Meu **INSS** ou pelo site. O requerimento também pode ser feito pela Central 135, mas o benefício ficará pendente até que os documentos sejam entregues em uma Agência da **Previdência Social** (APS) ou anexados pela plataforma Meu **INSS**.

De acordo com o **INSS**, as seguintes informações devem ser enviadas:

nome completo do segurado;

data de emissão do documento - não pode ser superior a 90 dias;

diagnóstico por extenso ou código da Classificação Internacional de Doenças (CID);

assinatura e identificação do profissional emitente, com nome e registro no conselho de classe, ou carimbo;

data do início do afastamento ou repouso;

prazo necessário estimado para o repouso.

Para mais informações ou dúvidas sobre o serviço, entre em contato com a Central de Atendimento do **INSS** pelo telefone 135. O serviço está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h (horário de Brasília).

Site: <http://noticias.r7.com/economia/veja-quais-sao-as-dez-doencas-que-mais-afastaram-o-trabalhador-em-2023-14082023>

Haddad gera desgaste com a Câmara

AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve ontem de se movimentar para conter danos políticos após afirmar que a Câmara estaria com "um poder muito grande" e que não poderia usá-lo para "humilhar" o Senado e o Executivo. Diante do mal-estar, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), cancelou reunião marcada para ontem à noite com líderes de partidos para debater o novo arcabouço fiscal - uma das prioridades do governo.

"As minhas declarações foram tomadas como uma crítica (à atual legislatura).

Eu estava falando sobre o fim do presidencialismo de coalizão", afirmou Haddad, a jornalistas, logo depois de ligar para Lira.

Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, o ministro disse que a negociação dos projetos do governo na Câmara "não está fácil". "Não pense que está fácil. A Câmara está com um poder muito grande, e não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo.

Mas, de fato, ela está com um poder que eu nunca vi na minha vida. Tem de haver uma moderação, que tem de ser construída", disse. Gravada na sexta-feira, a conversa foi divulgada ontem.

Haddad disse ainda que o País vive uma situação "estranha" em um tipo de parlamentarismo sem primeiro-ministro.

"A gente saiu do presidencialismo de coalizão e, hoje, vive uma coisa estranhíssima, que é um parlamentarismo sem primeiro-ministro. Não tem primeiro- ministro, ninguém vai cair, quem vai pagar o pato político é o Executivo." O governo tem dificuldades para avançar pautas sem o apoio do Centrão, comandado por Lira. O cenário aumentou o apetite do grupo por cargos, levando a uma **reforma ministerial** que está na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para Lira, "manifestações enviesadas" não ajudam na "construção de pontes"

ADRIANA FERNANDES, BIANCA LIMA, AMANDA PUPO, IANDER PORCELLA e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

Sem citar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), usou ontem as redes sociais para dizer que "manifestações enviesadas e descontextualizadas" não contribuem para o "processo de diálogo" e para a "construção de pontes" entre os Poderes.

Logo depois de conhecer as declarações dadas por Haddad ao jornalista Reinaldo Azevedo, Lira cancelou reunião que estava marcada para ontem à noite com o relator do novo arcabouço fiscal, deputado Claudio Cajado (PP-BA), líderes partidários e técnicos da equipe econômica para discutir as mudanças feitas no texto durante sua tramitação no Senado.

O encontro ocorreria na residência oficial do presidente da Câmara, em Brasília.

Lira também disse que a "formação de maioria política" é uma missão do governo, e não do presidente da Câmara, mas que, mesmo assim, tem se empenhado nesse sentido. O presidente da Casa ainda afirmou ser equivocada a avaliação de que a formação de consensos no Congresso revela uma concentração de poder "de quem quer que seja". "A formação de maioria política é feita com credibilidade e diálogo permanente com os líderes partidários e os integrantes da Casa." A declaração do ministro foi classificada como "infeliz" nos bastidores da Câmara, o que teria deixado a reunião sobre o arcabouço "sem ambiente". As lideranças partidárias têm reforçado que a Câmara aprovou todas as pautas de interesse do governo no primeiro semestre, e que Haddad sempre teve uma boa relação com os deputados.

A relação do governo com a Câmara já estava desgastada por conta da pressão do Centrão por uma **reforma ministerial**, mas o que mais pesou na reação das lideranças foi o fato de a fala ter partido justamente de Haddad, que tem sido elogiado e recebido apoio nas votações.

"CAVALO DE BATALHA". Diante da reação, Haddad teve de ligar para Lira e dar a sua versão sobre o teor da entrevista. "Falei com Lira, fiz questão de ligar a ele", disse o ministro, a jornalistas.

Ele descreveu a conversa com o presidente da Câmara como "excelente". Segundo o ministro, Lira indicou que caberia um esclarecimento por parte do chefe da Fazenda, porque, da forma como foi colocada, a declaração poderia soar como uma crítica direcionada.

"Não vamos fazer disso um cavalo de batalha. A primeira providência que tomei foi ligar para o presidente Arthur Lira e esclarecer o contexto das minhas declarações. As minhas declarações não dizem respeito à atual legislatura. Eu sou só elogios para a Câmara, o Senado e o Judiciário. Nós não teríamos chegado até aqui sem a concorrência dos Poderes da República", disse Haddad.

Ainda segundo o ministro, a exposição tinha como contexto os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto funcionou o chamado presidencialismo de coalizão. Na avaliação de Haddad, o modelo não foi substituído por uma relação institucional mais estável e, portanto, existiria a necessidade de se estabelecer um sistema mais harmônico. "Longe de mim criticar a atual legislatura", disse o ministro.

Além da pressão pela **reforma ministerial**, outros dois pontos têm desgastado a relação entre Congresso e o governo.

Um deles é a estratégia dos parlamentares de aumentar o poder sobre o Orçamento, por meio da ampliação das emendas impositivas (de pagamento obrigatório) e com a criação de um cronograma para o pagamento desses montantes, como adiantou o Estadão. Isso iria, portanto, na contramão dos interesses do governo, que quer aumentar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive usando os valores reservados para as emendas.

Outro ponto que já começa a causar atrito é o pacote de medidas arrecadatórias defendidas por Haddad, que vem sendo chamado de "Robin Hood", por mirar a fatia mais rica da população. Há resistências na Câmara para aumento de **impostos** e preocupação com "a criação de narrativas", por parte do governo, de que o Parlamento estaria protegendo os mais ricos.

CONVITE. A reunião que aconteceria ontem à noite

estava marcada desde a semana passada - Haddad chegou a ser convidado por Lira antes da divulgação das declarações do ministro. A expectativa era de que Cajado e a cúpula da Câmara chegassem a um consenso sobre as alterações feitas pelo Senado no arcabouço, e indicassem uma data para votação em plenário.

No Senado, os parlamentares deixaram fora dos limites fiscais despesas com ciência e tecnologia, com o Fundeb e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Também aprovaram uma emenda que garante uma folga em torno de R\$ 30 bilhões para o governo, ao autorizar a previsão de despesas condicionadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 - que precisa ser enviado ao Congresso até o fim de agosto.

"Não vamos fazer disso um cavalo de batalha. A primeira providência que tomei foi ligar para o presidente Arthur Lira e esclarecer o contexto das minhas declarações" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Crítica de Haddad ao poder da Câmara adia negociação sobre arcabouço fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou em entrevista divulgada nessa segunda-feira (14) o "poder muito grande" da Câmara dos Deputados frente ao governo federal e Senado e criou atrito com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que decidiu cancelar a reunião marcada para a noite dessa segunda em que seria discutido o projeto de lei do novo marco fiscal. A reação de Lira, que foi às redes sociais reclamar contra "manifestações enviesadas", levou Haddad a sair do gabinete para esclarecer suas declarações à imprensa.

A fala que estremeceu a relação entre o ministro e o presidente da Câmara ocorreu em entrevista ao programa "Reconversa", no YouTube. Haddad destacou que as negociações com os deputados não estão fáceis, que há "uma coisa estranhíssima que é uma espécie de parlamentarismo sem primeiro-ministro" e que a Câmara está "com um poder muito grande".

"Passei nove anos em Brasília, no primeiro governo Lula e na Dilma, e nunca vi nada parecido.

Tem que haver uma moderação aí, que tem que ser construída.

Ela ainda não está às mil maravilhas", falou o ministro. "A Câmara está com um poder muito grande e ela não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo.

Mas, de fato, ela está com um poder que eu nunca vi na minha vida", reforçou.

Ele também disse que construiu "boa relação" com o presidente da Câmara em dezembro, com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição, embora tenha ressaltado que eles aparecem sempre sorrindo nas fotos, mas há "debates acalorados" nas reuniões.

Guardou o principal elogio, porém, para o diálogo "espetacular" com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O que irritou mais Lira foi o comentário de que as instituições ficam e as pessoas passam, o que considerou uma fala dirigida a ele. "O bom da democracia é que a pessoa não vai ter esse poder

para sempre. A instituição pode ter, mas você não sabe na mão de quem ela [instituição] vai estar daqui com dois, quatro, dez anos", disse Haddad.

A entrevista fez com que Lira cancelasse a reunião com técnicos da Fazenda, líderes partidários e o relator do novo marco fiscal do país, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), para discutir as emendas do Senado ao projeto. A intenção era iniciar o debate em torno do texto, embora aliados dele ressaltassem que o mais provável era a votação ocorrer só na próxima semana, após a **reforma ministerial** que deve incluir PP e Republicanos no ministério.

Os deputados precisam decidir se concordam com as emendas do Senado que tiraram o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e as verbas para ciência e tecnologia da nova regra fiscal, se mantém a atual forma de correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal e, a mais polêmica, se permite ao governo federal incluir cerca de R\$ 30 bilhões em despesas "condicionadas" no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 que será enviado dia 31.

O encontro entre os deputados para debater essas emendas foi adiado para algum outro dia desta semana, e Lira foi ao Twitter defender que a Câmara "tem dado sucessivas demonstrações de que é parceira do Brasil, independente do governo de ocasião", com a votação de "todos os projetos de interesse do país" com "seriedade e celeridade". "Manifestações enviesadas e descontextualizadas não contribuem no processo de diálogo e construção de pontes tão necessários para que o país avance", afirmou.

Lira ainda rebateu nas redes sociais que "é equivocado pressupor que a formação de consensos em temáticas sensíveis revela a concentração de poder na figura de quem quer que seja" e que essas negociações têm ocorrido com "credibilidade e diálogo permanente" com os deputados.

"Essa missão é do governo, e não do presidente da Câmara, que ainda assim tem se empenhado para que ela aconteça", disse.

Após a repercussão da entrevista, e cancelamento da reunião, Haddad telefonou para Lira para se explicar e

ouviu do presidente da Câmara a "recomendação" de que fizesse as afirmações publicamente, à imprensa, porque teria parecido uma "crítica pessoal". "Longe de mim querer criticar a atual legislatura.

Era justamente uma reflexão para que a gente estabelecesse regras mais estáveis e duráveis pensando no futuro da relação entre Executivo, Senado e Câmara Federal", disse Haddad.

Ele buscou minimizar a repercussão ao dizer que as declarações foram tomadas como crítica à atual legislatura, mas que fez uma reflexão sobre o fim do presidencialismodecoalizãõ, que vigorou nos governos anteriores do PT com a ocupação de espaços no Executivo pelos partidos e trocado apoiadores no Congresso. "Isso não foi substituído por uma relação institucional mais estável", disse, na entrevista.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187632?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187632?page=1§ion=1)**

Governo acena com vaga no ministério para Lira em 2025

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu a promessa do governo Lula (PT) de que não ficará abandonado na planície após o fim de seu mandato no comando do Legislativo e que terá espaço para virar ministro se quiser. O cargo seria ocupado a partir de fevereiro de 2025, depois da eleição do sucessor dele na Câmara.

O aceno ocorreu em reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, em mais um gesto de conciliação do Palácio do Planalto com o parlamentar, e foi confirmado ao Valor por três deputados e um outro ministro. Foi feito antes do imbróglgio de segunda-feira entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Lira. O presidente da Câ- BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS - 9/8/2023 mara vem se aproximando do governo e servindo como interlocutor da entrada de PP e Republicanos formalmente na base aliada.

Não está definido qual espaço Lira ocuparia e isso não chegou a ser discutido na conversa dele com o chefe da Casa Civil, mas, no PP, essa promessa está servindo de argumento para pressionar o governo a ceder um ministério de maior peso agora para o líder do partido na Câmara, o deputado André Fufuca (MA). A conversa é que Fufuca daria lugar a Lira em 2025 e que pastas como Aeroportos ou Ciência e Tecnologia são insuficientes.

O PP quer assumir o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje comandado por Wellington Dias (PT), mas os petistas resistem. Rebate quem este é um dos corações do governo por comandar o Bolsa Família e que o PP já passará a comandar Caixa Econômica Federal, o que dará muita capacidade de entrega política para o partido nos Estados.

Além disso, Wellington Dias perderia o cargo para seu maior adversário no Piauí: Fufuca é um dos parlamentares mais próximos do senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente do PP e ex-ministro-chefe da Casa Civil no governo Bolsonaro (PL).

Independentemente dos acertos para a **reforma ministerial** de agora, com a entrada de PP e Republicanos no governo, aliados de Lira dizem que ele não pode ficar desguarnecido no fundo do plenário após dois mandatos seguidos na presidência e que o governo Lula entendeu isso e sinalizou que

contemplará o neolado com espaço assim que ele deixar o cargo.

Essa oferta não seria mero gesto de bondade: a expectativa, entre os articuladores políticos do Palácio do Planalto, é de que Lira se mantenha influente entre os deputados mesmo sem a presidência, principalmente no caso de eleger um sucessor. O mais cotado para ser o candidato apoiado por ele é o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA).

Essa composição, segundo governistas, depende de alguns fatores.

O principal é que o futuro presidente da Câmara não esteja brigado com ele, caso o sucessor escolhido saia derrotado. Outro é ele concluir o mandato sem processos judiciais ou denúncias de peso - o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou as provas da investigação mais recente, sobre desvios na compra de kits de robótica com emendas parlamentares.

Há, também, um empecilho político a essa nomeação. Lira pretende utilizar o futuro ministério para se manter relevante junto aos prefeitos de Alagoas com o projeto de disputar o Senado em 2026. Uma das duas cadeiras em disputa é a do senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos mais próximos de Lula no Senado e no MDB e visceral adversário de Lira. Procurados, Lira e Rui Costa não comentaram.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187632?page=1§ion=1>

Governo tem pressa para aprovar arcabouço fiscal e orçamento - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A agenda econômica do Brasil deverá ser ainda mais intensa no segundo semestre do que já foi no primeiro. Um ponto de partida será a aprovação, no Congresso, do novo arcabouço fiscal. O texto sofreu alterações no Senado e voltou para a Câmara dos Deputados. Há urgência para o projeto. Ontem, o presidente da casa, Arthur Lira, informou que o tema voltará ser discutido nesta semana. Outro tema que merecerá atenção redobrada é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma espécie de prévia do Orçamento da União, que precisa ser votada até 31 de agosto. O problema é que o andamento da LDO depende do desfecho do arcabouço fiscal - sem ele, estima-se que seria necessário cortar R\$ 155 bilhões em despesas neste ano. Por fim, a **reforma tributária** aguarda apreciação do Senado para ser cumprida. Tudo isso exigirá esforço político e traquejo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para dialogar com os setores que têm interesses envolvidos. Não será fácil.

Pauta econômica preocupa mercado financeiro

Enquanto não destravar a pauta econômica, o governo Lula continuará provocando desconfiança do mercado financeiro. Depois de certa onda de otimismo ser observada nas últimas semanas, no embalo da queda da Selic, o que se nota agora é o aumento da preocupação com as reais intenções de Lula. Incomoda o fato de o presidente pressionar a Petrobras para segurar o preço dos combustíveis. Outro ponto de atenção é o excesso de concessões para o arcabouço fiscal, o que o tornaria sem sentido.

YouTube gerou impacto de R\$ 4,5 bilhões na economia brasileira

As maiores plataformas de mídias digitais se tornaram, nos últimos anos, grandes geradoras de negócios. Não é diferente como o YouTube. Um novo estudo feito pela consultoria britânica Oxford Economics mediu o impacto econômico da rede de compartilhamento de vídeos no Brasil. Segundo o levantamento, o YouTube contribuiu com R\$ 4,5 bilhões para o **PIB** nacional e ajudou a gerar 140 mil empregos. A pesquisa apontou ainda que o número de canais com mais de 1 milhão de inscritos cresceu 20% em 2022.

Startups encerraram ciclo de demissões

Depois de crescer de maneira desordenada durante a pandemia de covid-19, as startups de tecnologia passaram boa parte de 2022 enxugando seus quadros. Estima-se que, no Brasil, ao menos 4 mil profissionais tenham sido demitidos dessas empresas. Agora, o movimento começa a ir na direção oposta. Uma pesquisa feita pela consultoria Triven constatou que 41% das startups não deverão mais fazer cortes de pessoal. "O setor vive uma virada de ciclo", diz Fernando Trota, CEO da Triven.

Rapidinhas

A americana BlaBlaCar, empresa especializada em viagens de carro compartilhadas - as famosas caronas -, fechou o primeiro semestre de 2023 com 15 milhões de usuários no Brasil. Trata-se do melhor desempenho desde que chegou ao país, em 2015. O número de caronas aumentou 40% em relação ao mesmo período do ano passado.

A gestora brasileira de private equity Aqua Capital comprou, por US\$ 65 milhões, 60% da rede americana de distribuição de insumos agropecuários Novus Ag. Trata-se da primeira investida da Aqua nos Estados Unidos. É uma aquisição de peso: a Novus possui 57 lojas nas principais regiões produtoras de grãos do território americano.

A Petrobras e a Caixa assinaram um convênio para o financiamento de até R\$ 1 bilhão em negócios ligados à cadeia do setor de óleo e gás. A iniciativa faz parte do "Programa Progredir", que busca apoiar os fornecedores da petrolífera. Em linhas gerais, o financiamento oferece taxas 30% menores do que as médias praticadas pelo mercado.

Os pequenos negócios descobriram no comércio eletrônico uma boa fonte de receitas. Dados da Nuvemshop, plataforma especializada na criação de lojas virtuais, indicam que as pequenas e médias empresas brasileiras movimentaram R\$ 194 milhões no Dia dos Pais, valor 19% maior do que o obtido no mesmo período de 2022.

0,63% foi a alta, na passagem de maio para junho, do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do **PIB**. Em maio, o

indicador havia recuado 2,05%

"Ser presidente é como administrar um cemitério. Há um monte de gente embaixo de você, mas ninguém escuta" Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/15/all.pdf>

Fiel à reforma tributária (Artigo)

Rafael Chang

Um país dá sinais de maturidade quando se mostra disposto a enfrentar seus problemas e desafios sem medo das duras batalhas que serão travadas. Essas lutas se tornam ainda maiores quando se pretende dar saltos de desenvolvimento econômico e social no rumo de mais justiça e competitividade.

A **reforma tributária** é um desses embates que demarcam estágios de evolução.

A votação na Câmara mostrou que os principais agentes políticos e econômicos compreenderam a grandiosidade e a importância deste momento. De maneira consciente, sentaram-se à mesa, levando propostas, discutindo alternativas, modificando pontos, firmando convicções. Sabemos que é um assunto complexo, que envolve diversas variáveis, e que o equilíbrio é algo muito tênue e sutil para ser encontrado. Mas ninguém se ocultou ou se omitiu, e o resultado foi satisfatório.

O texto aprovado na Câmara, após intensa negociação do governo e do Congresso, com a contribuição valiosa do setor produtivo, aproxima o Brasil do que há de mais moderno em tributação mundial. A simplificação dos **impostos**, aumentando a transparência e a eficiência na cobrança, traz vantagens competitivas e comparativas para o setor produtivo. Isso significa menos perda de tempo, dinheiro e energia em contenciosos e no trabalho em si de pagamento de **tributos**. Estima-se que as empresas brasileiras gastem 1.500 horas por ano apenas para calcular e pagar os **tributos** cobrados por todas as instâncias federativas.

Um estudo feito pelo Movimento Brasil Competitivo e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços mostrou que, do total de R\$ 1,7 trilhão do Custo Brasil, algo entre R\$ 280 bilhões a R\$ 320 bilhões advém da complexa estrutura tributária brasileira. São múltiplas alíquotas, diversas regras distintas para estados e municípios, o que gera insegurança jurídica e deixa margem a guerras fiscais que não promovem o desenvolvimento esperado.

A criação de um IVA Dual, estrutura similar à adotada em diversos países, simplifica o modelo. O texto na Câmara, após longos debates, foi marcado pelo equilíbrio e pela sobriedade.

Prova é que os indicadores econômicos já começam a

refletir isso. A economia não é uma ciência amparada apenas no presente, mas também, e sobretudo, nas expectativas.

Os sinais estão presentes para ser lidos.

O câmbio está se estabilizando, as expectativas de **inflação** estão recuando, as agências internacionais de risco começam a rever as projeções de investimento para o Brasil para um cenário mais otimista, nos tornando mais atraentes e confiáveis ao capital estrangeiro, algo que trará benefícios para todos.

Por isso é fundamental sobriedade na tramitação da proposta no Senado. É natural e muito importante que na Casa Alta novas discussões e debates transcorram. Mas é fundamental evitar modificações que deturpem a proposta original ou que perpetuem práticas tributárias que já se mostraram ineficazes, em tempo e escala.

Temos de aproveitar a janela que se nos abre como oportunidade para aprovar uma **reforma tributária** que aumente nossa competitividade no âmbito internacional, para promover a atração de novos investimentos, gerando emprego, renda, inclusão e justiça social.

É fundamental evitar modificações que deturpem a proposta original ou perpetuem práticas que já se mostraram ineficazes

Rafael Chang é CEO da Toyota no Brasil

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Zema enfrenta obstáculos para obter projeção nacional

Reeleito em primeiro turno em 2022, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), começou o segundo mandato enfrentando dificuldades para executar seu plano de governo. Para cientistas políticos, os problemas dentro do Estado podem dificultar as tentativas do governador de ganhar projeção nacional.

Apesar de contar com maioria na Assembleia Legislativa (57 dos 77 deputados são de partidos que apoiaram o Novo na eleição passada), Zema tem enfrentado problemas para conseguir aprovar projetos, como a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), e a privatização de estatais, como Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

O projeto de privatização da Codemig está emperrado na Assembleia desde 2019. Para a venda da Copasa e da Cemig, o governo estuda enviar ao Legislativo uma proposta de emenda à Constituição (PEC) do Estado, para pôr fim à obrigatoriedade de referendo para aprovar as privatizações.

Zema trocou Igor Eto pelo deputado Gustavo Valadares (PMN) na Secretaria de Governo. E indicou o deputado João Magalhães (MDB) - correligionário do presidente da Assembleia, Tadeu Martins Leite (MDB) - como líder do governo no parlamento. Tudo isso com o objetivo de facilitar as negociações com os deputados.

Sem a venda das estatais e os ajustes decorrentes do RRF, o governo sancionou orçamento para 2024 com um déficit de R\$ 6,06 bilhões, ante um déficit de R\$ 3,6 bilhões neste ano. Em 2019, o déficit foi de R\$ 11,4 bilhões.

Além disso, o Estado tem um estoque de dívida hoje de R\$ 163,05 bilhões; foram R\$ 123,37 bilhões em 2019.

"Não está claro se ele vai deixar Minas Gerais em uma situação boa. Até agora o que ele conseguiu foi recuperar as finanças do Estado com base no acordo de reparação da Vale [pelo rompimento da barragem em Brumadinho]", afirma o cientista político Leonardo Avritzer, professor titular da Departamento de Ciência

Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Avritzer também cita como problemas não solucionados o sucateamento da Fundação Ezequiel Dias (equivalente ao Instituto Butantan em São Paulo), a situação crítica das estradas, a falta de política mínima de reparação aos atingidos por rompimento de barragens. "O foco dele pode ser nacional, mas para isso ele precisa principalmente se desprovincializar.

Vai ser muito difícil que ele consiga se nacionalizar e estamos vendo os problemas que ele tem", afirma Avritzer.

Zema começou a segunda gestão fazendo mais viagens dentro e fora de Minas Gerais e ampliando os gastos em comunicação.

Neste ano, já foram 19 viagens para fora de Minas Gerais, incluindo Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Maranhão, além de viagem aos Estados Unidos para o lançamento do Vale do Lítio, em Nova York, e 46 pelo interior do Estado. Em 2019, no seu primeiro ano de governo, foram quatro viagens fora de Minas - Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Estados Unidos - e cinco dentro do Estado.

O orçamento de comunicação chegou a R\$ 120 milhões neste ano, contra R\$ 8 milhões em 2019. O governo pediu ao Ministério das Comunicações para ampliar o alcance da Rede Minas de 350 cidades para 850 dentro do Estado. A programação educativa também passou a ter conteúdos sobre o trabalho do governo, o que foi muito criticado pela oposição, que considerou a ação uma autopropaganda usando a máquina pública.

Para Malco Camargos, cientista político, professor da PUC Minas e diretor do Instituto Ver, Zema faz muitas viagens ao interior do Estado e destina muito recurso fora da região metropolitana de Belo Horizonte, mas a maior densidade populacional e maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) estão na Grande BH. Em outras palavras, Zema tem dificuldades para governar a região metropolitana.

Mesmo os investimentos mais altos em comunicação não livram o governador da repercussão negativa de

frases infelizes nas suas tentativas de ganhar projeção nacional.

No caso mais recente, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", o governador afirmou que o Brasil funciona como um "produtor rural que começa só a dar um tratamento bom para as vaquinhas que produzem pouco e deixa de lado as que estão produzindo muito", comparando os Estados do Nordeste e Norte a vacas que dão pouco leite. Ele também defendeu a atuação de um consórcio de Estados do Sul e do Sudeste (Cosud) para se defender no Congresso de perdas econômicas para o Norte e o Nordeste em temas como a **reforma tributária**.

Em junho, Zema já havia declarado em um evento que o Sul e o Sudeste se diferenciam de outras regiões por terem "mais pessoas trabalhando do que vivendo de auxílio emergencial". As duas declarações foram criticadas por lideranças políticas, governadores e integrantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), consideradas preconceituosas e equivocadas. Nas duas ocasiões, Zema veio a público dizer que foi mal interpretado.

"Ao falar da vaca Zema traz a questão econômica, mas é sempre bom lembrar que política pública não se define pela receita, mas pela necessidade da despesa. E quem precisa mais deve receber mais. Ele traz problemas para uma candidatura à Presidência da República com essas falas", afirma Camargos.

"Ele está tentando aparecer como um grande líder da oposição. E essa fala do consórcio é interessante porque o Consórcio Nordeste atuou como oposição ao governo de Jair Bolsonaro (PL). Zema está pensando em fazer o mesmo com o Cosud", afirma o cientista político Adriano Cerqueira, professor do Ibmec e da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Na avaliação de Cerqueira, a fala de Zema agrada o eleitor bolsonarista e o eleitor mais conservador do Sul e do Sudeste. "O impacto negativo no Nordeste não chega a ser tão complicador neste momento. Ele com certeza vai fazer algum tipo de correção para atrair o eleitor do Nordeste futuramente", acrescenta.

Para Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral e colunista do Valor, as falas polêmicas do governador mineiro revelam a sua visão sobre o papel do Estado.

"É um misto de visão do Partido Novo contra o Estado e tentativa de agradar o eleitorado bolsonarista de extrema direita que comunga da ideia de que o Estado é oneroso e privilegia algumas regiões", afirma Carazza.

Para o cientista político, Zema revela desconhecimento do próprio Estado, tendo em vista que as regiões do norte de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha também se beneficiam dos programas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

O governador foi procurado para se manifestar, mas sua assessoria não respondeu ao pedido.

"Ofocodele [Zema]pode sernacional, maspara isso ele precisase desprovincializar" L. Avritzer

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Zema enfrenta obstáculos para obter projeção nacional

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187632?page=1§ion=1>

'O Senado tem toda legitimidade de alterar o nosso relatório', diz relator do arcabouço na Câmara

Por g1

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, Claudio Cajado, falou à GloboNews sobre a retomada da discussão do projeto pelos deputados nesta semana. Ele recebeu de Omar Aziz, relator no Senado, o novo texto com alterações propostas pelo Congresso vindas antes do recesso parlamentar do mês de julho. E pessoalmente acredita que há mudanças a serem feitas, mas quer conversar com os deputados para definir em conjunto se novas alterações serão necessárias.

"Na minha opinião era para poder manter o nosso relatório, mas o Senado tem toda legitimidade de poder alterar o nosso relatório, e o colégio de líderes vai decidir. Nós vamos coletivizar dessa vez a decisão: se os líderes entenderem que devemos manter essas alterações que o Senado fez no nosso parecer, eu acatarei sem problema nenhum. Não farei mais um cavalo de batalha sobre a minha posição tecnicamente sustentavelmente falando em relação ao conjunto de despesas estarem tecnicamente todas juntas", disse o deputado.

Cajado também comentou a polêmica envolvendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, Arthur Lira. Em uma entrevista a um podcast, Haddad teria dito que a Câmara estaria com "excesso de poderes", o que gerou uma reação de Lira nas redes sociais. Perguntado sobre a fala do presidente da Câmara, Cajado disse não saber sobre o assunto, mas discordou do ministro.

"Eu pessoalmente até não concordo com o ministro Haddad, com todo respeito, porque o poder judiciário tem tido até mais protagonismo no exercício das suas posições frente aos demais poderes da República que o Congresso Nacional. Mas me parece que a Câmara tem tido uma atuação extremamente importante para com o país. Nós votamos de forma célere todas as matérias de interesse do Brasil, da sociedade brasileira, que beneficiam o governo, haja visto o próprio marco fiscal, a **reforma tributária**, todos os projetos que chegaram aqui foram votados", argumentou.

LEIA MAIS:

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/15/o-senado-tem-toda-legitimidade-de-alterar-o-nosso-relatorio-diz-relator-do-arcabouco-na-camara.ghtml>

Queda de braço

Por Merval Pereira

O cancelamento da reunião que os líderes partidários teriam na casa do presidente da Câmara para discutir a votação do arcabouço fiscal só confirma que Arthur Lira preside a Casa com mão de ferro e tem, mesmo, muito poder, como comentara o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Lira teria ficado irritado com o comentário e mostrou sua força adiando uma discussão de tema fundamental para o governo federal.

Haddad havia dito que a Câmara não podia usar o poder que tem para humilhar o Executivo e o Senado, referindo-se ao fato de a palavra final sobre o assunto agora estar com a Câmara, depois de votações nas duas Casas. A Câmara está "com um poder que nunca vi na minha vida", disse Haddad em podcast do jornalista Reinaldo Azevedo divulgado ontem.

Tem razão o ministro da Fazenda e, justamente por ter "poder demais", a Câmara pretende impor ao governo suas vontades. Quer aumentar o fundo eleitoral, já escandalosamente alto - cerca de R\$ 5 bilhões - e que também as emendas de comissões, no valor de R\$ 7,5 bilhões, sejam impositivas, como outras emendas. Mas quer também controlar o ritmo dos repasses, impedindo que o governo controle o fluxo de acordo com suas necessidades.

Com a dispersão dos partidos políticos, e o aumento do poder do Congresso em relação ao Orçamento, o presidencialismo de coalizão deixou de ter eficácia, pois funcionava justamente pela capacidade do governo de distribuir verbas de acordo com seus interesses, e não os dos parlamentares. Uma das questões mais delicadas da negociação política é a compatibilização do tempo dos parlamentares com o dos governantes.

No Brasil, até recentemente os governantes determinavam o tempo dos políticos, consequência de um hiperpresidencialismo de fato que vigorava. O máximo que o governo admitia era pagar a lealdade de um parlamentar, ou de seu partido, com cargos e nomeações. Mais adiante, com o mensalão e o petrolão, passou a fazer parte dos acordos a participação em esquemas corruptos, mascarados com objetivos políticos supostamente maiores, como financiamentos de campanhas políticas.

Com o controle que ganhou no governo Bolsonaro, que simplesmente delegou ao Congresso a execução

do Orçamento, passamos a ter na prática um tipo de parlamentarismo, cujo ápice foi o orçamento secreto, que o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional, para alívio do então presidente eleito, Lula. A fragmentação partidária, que as cláusulas de barreira e o fim das coligações proporcionais estão lentamente coibindo, impede que os governos, sejam eles de que ideologia forem, tenham uma maioria parlamentar estável.

A maioria será sempre teórica, e o governo tem de fechar os olhos para dissidências da base aliada. Na atual situação, com um governo enfraquecido em disputa com políticos que tentam se fortalecer confrontando-o, tudo é possível. Até o governo ganhar, mas pagando um preço muito maior que em tempos ditos normais. É o que está acontecendo agora nas votações fundamentais para o governo, como arcabouço fiscal, reforma tributária e outros temas delicados.

A relação com a Câmara, quando ela tem um presidente como Arthur Lira, como já teve Eduardo Cunha, sempre será delicada para os governantes. Quando, adicionada a essa dificuldade prática, temos, como hoje, e como no governo Dilma, uma dissonância ideológica, todo cuidado é pouco. Lula é um líder popular, diferentemente de Dilma, mas, em seu terceiro mandato, já não tem o brilho político que hipnotizou até líderes mundiais como Barack Obama.

Precisa primeiro mostrar serviço na recuperação da economia e, cada vez que se desvia da rota para tomar atitudes já vistas que deram errado, mais problemas tem com o Congresso e com o mercado financeiro, que ora vibra com boas perspectivas, ora teme seus arroubos populistas.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Queda de braço
O LIBERAL - BELÉM - PA
Queda de braço

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/merval-pereira/coluna/2023/08/queda-de-braco.ghtml>

Senado precisa ser fiel à reforma tributária

Por Rafael Chang

Um país dá sinais de maturidade quando se mostra disposto a enfrentar seus problemas e desafios sem medo das duras batalhas que serão travadas. Essas lutas se tornam ainda maiores quando se pretende dar saltos de desenvolvimento econômico e social no rumo de mais justiça e competitividade. A **reforma tributária** é um desses embates que demarcam estágios de evolução.

A votação na Câmara mostrou que os principais agentes políticos e econômicos compreenderam a grandiosidade e a importância deste momento. De maneira consciente, sentaram-se à mesa, levando propostas, discutindo alternativas, modificando pontos, firmando convicções. Sabemos que é um assunto complexo, que envolve diversas variáveis, e que o equilíbrio é algo muito tênue e sutil para ser encontrado. Mas ninguém se ocultou ou se omitiu, e o resultado foi satisfatório.

ZAP DO GLOBO: Receba as principais notícias do país e do mundo no seu celular; clique aqui e faça parte da comunidade do GLOBO

O texto aprovado na Câmara, após intensa negociação do governo e do Congresso, com a contribuição valiosa do setor produtivo, aproxima o Brasil do que há de mais moderno em tributação mundial. A simplificação dos **impostos**, aumentando a transparência e a eficiência na cobrança, traz vantagens competitivas e comparativas para o setor produtivo. Isso significa menos perda de tempo, dinheiro e energia em contenciosos e no trabalho em si de pagamento de **tributos**. Estima-se que as empresas brasileiras gastem 1.500 horas por ano apenas para calcular e pagar os **tributos** cobrados por todas as instâncias federativas.

Um estudo feito pelo Movimento Brasil Competitivo e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços mostrou que, do total de R\$ 1,7 trilhão do Custo Brasil, algo entre R\$ 280 bilhões a R\$ 320 bilhões advém da complexa estrutura tributária brasileira. São múltiplas alíquotas, diversas regras distintas para estados e municípios, o que gera insegurança jurídica e deixa margem a guerras fiscais que não promovem o desenvolvimento esperado.

A criação de um IVA Dual, estrutura similar à adotada em diversos países, simplifica o modelo. O texto na Câmara, após longos debates, foi marcado pelo

equilíbrio e pela sobriedade. Prova é que os indicadores econômicos já começam a refletir isso. A economia não é uma ciência amparada apenas no presente, mas também, e sobretudo, nas expectativas. Os sinais estão presentes para ser lidos. O câmbio está se estabilizando, as expectativas de **inflação** estão recuando, as agências internacionais de risco começam a rever as projeções de investimento para o Brasil para um cenário mais otimista, nos tornando mais atraentes e confiáveis ao capital estrangeiro, algo que trará benefícios para todos.

Por isso é fundamental sobriedade na tramitação da proposta no Senado. É natural e muito importante que na Casa Alta novas discussões e debates transcorram. Mas é fundamental evitar modificações que deturpem a proposta original ou que perpetuem práticas tributárias que já se mostraram ineficazes, em tempo e escala. Temos de aproveitar a janela que se nos abre como oportunidade para aprovar uma **reforma tributária** que aumente nossa competitividade no âmbito internacional, para promover a atração de novos investimentos, gerando emprego, renda, inclusão e justiça social.

*Rafael Chang é CEO da Toyota no Brasil

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/08/senado-precisa-ser-fiel-a-reforma-tributaria.ghtml>

Comércio e serviços pedem imposto seletivo fora da reforma tributária e regime especial para bares

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

O setor de comércio e serviços vai defender no texto da **reforma tributária** um regime especial para bares e restaurantes e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) mais alto para substituir a criação de um tributo seletivo. Os pontos vão ser discutidos nesta terça-feira (15) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e fazem parte das sugestões construídas pela União Nacional de Entidades do Setor de Comércio e Serviços (UNECS).

As principais demandas têm o objetivo de:

manter a isenção de produtos que compõem a cesta básica;

continuar com regimes especiais concedidos a bares e restaurantes;

diminuir o tempo de transição dos novos **impostos** a serem implementados; e

evitar que produtos e serviços do mesmo grupo de contemplados pela alíquota reduzida fiquem de fora das exceções.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Relator da tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) já indicou que não pretende reverter a decisão da Câmara em isentar **impostos** dos produtos da cesta básica. Por outro lado, adiantou que vai avaliar o custo-benefício de todas as medidas e só ampliar ou manter exceções se estiver claro o benefício. A posição foi ressaltada na última semana, durante encontro com representantes do setor, na Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS).

"A sociedade brasileira quer transparência no custo-benefício de cada uma das exceções. Queremos aprovar de forma consciente e majoritária", afirmou Braga, garantindo, por outro lado, que o caminho a percorrer visa garantir que não haja aumento de **impostos** a nenhum setor.

Para isso, o relator afirma que levará em conta três estudos com os impactos: um do Ministério da Fazenda, outro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e um último encomendado pelo senador ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Na Câmara, o setor de comércio e serviços conseguiu incluir segmentos no rol de alíquotas reduzidas. No entanto, sustenta que houve exclusões que estão gerando conflito. Um exemplo é o turismo, com previsão de, por Lei Complementar, criar regime diferenciado para hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, mas não contemplando as agências de turismo. O mesmo ocorre quanto aos produtos de higiene pessoal, excluindo outros itens de higiene importantes para a saúde pública.

O presidente da União Nacional da Entidade de Comércio e Serviços (UNECS), João Galassi, sinalizou que há abertura, por parte do relator, de expandir o texto das exceções no rol de higiene, o que poderia, por exemplo, incluir água sanitária, sabão e desinfetante. "O que está sendo definido na reforma são as diretrizes básicas. Produtos serão discutidos em lei complementar", ponderou Galassi.

Para os bares e restaurantes, o setor trabalha para manter a previsão de regime especial, com uma redução de 60% sobre a alíquota cheia (que, no início, em 2026, será de 1%), além do imposto zerado para os produtos que compõem a cesta básica. O governo federal e o Congresso devem estipular, posteriormente, uma lista única nacional para facilitar a desoneração.

Há ainda uma tentativa de diminuir o tempo de transição na **reforma tributária**. Para isso, o grupo pretende apresentar estudos para embasar o pedido. Se for mantido o texto como aprovado na Câmara, a reforma começa a fase de transição em 2026, com

mudança completa somente em 2033.

Para o presidente da FCS pelo Senado, senador Efraim Filho (União-PB), os pontos são importantes e representam uma primeira rodada de discussão na Casa. "É o setor que mais emprega, que mais paga imposto e precisa ter esse olhar sobre o impacto. Na mudança de modelo do IVA [imposto de valor agregado], o setor de comércio e serviço é o que apresenta o maior impacto e isso tem gerado um ruído muito forte nessas cadeias", disse o senador.

Ele também lidera o grupo de trabalho formado na CAE para discutir a **reforma tributária**, em conjunto com as ações que ocorrerão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde o texto tramita oficialmente.

A audiência pública que inaugura o ciclo de debates temáticos sobre a **reforma tributária**, marcada para esta terça (15), prevê a participação, além do presidente da UNECS, de representantes das confederações nacionais da Indústria (CNI), de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/comercio-e-servicos-pedem-imposto-seletivo-fora-da-reforma-tributaria-e-regime-especial-para-bares-14082023>

Reconversa: Reação exagerada de Lira prova acerto da fala cordata de Haddad

Colunista do UOL

Assistimos, nesta segunda, a um caso claro, escancarado, de reação exagerada, que diz muito mais sobre quem reagiu do que sobre aquele que teria provocado a resposta excessiva. O português registra a palavra composta super-reação, mas diz respeito a outra coisa; não tem o sentido de overreaction em inglês, que é precisamente a resposta destemperada e desproporcional a um determinado evento.

Não raro, a overreaction é uma ação industriada, consciente, para produzir determinado efeito. Um caso clássico? A fábula do lobo e do cordeiro. E nem é preciso que eu explique, não é mesmo? O primeiro só queria um pretexto para papar o segundo. As causas alegadas eram falsas. Na guerra, não é raro haver a resposta desproporcional. Costuma acontecer quando o verdadeiro agressor resolve transferir as culpas para o agredido.

Vamos ao caso.

Em entrevista concedida na sexta ao podcast Reconversa, comandado por este escriba e pelo advogado Walfrido Warde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez considerações sobre sua relação com Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, e sobre os poderes realmente inéditos que a Casa tem hoje. Tratou-se - e basta assistir à entrevista para constatá-lo - de um registro até de natureza histórica. O bate-papo foi ao ar nesta segunda, ao meio-dia.

Fiz uma pergunta bem-humorada ao ministro sobre a sua convivência publicamente harmoniosa com o deputado, reservado a cada um o seu papel, e observei que jamais se viu uma Câmara tão poderosa como a que temos. Em tom mais de registro do que de crítica, o ministro notou que o presidencialismo de coalisão, como o Brasil o conheceu, acabou. Transcrevo trechos:

RECONVERSA: O Lula, no evento do PAC, se referiu explicitamente, já falamos aqui, ao Arthur Lira e disse: Preciso mais eu dele do que ele de mim; então parem de vaiar o homem (...) Houve um insuspeitado crush político [risos] entre o senhor e o Lira. (...) Como é que tem sido essa relação? Ela é boa, parece. Ele cumpre acordos.

HADDAD: Essa boa relação começou justamente na PEC da Transição. Porque nem o governo Bolsonaro ia acabar nem o governo Lula ia começar sem aquela PEC. E, às vezes, o economista clássico só olha para a planilha, e ele não vê a equação política. Isso me causa um pouco de espanto. A gente tava num processo crítico ali.

Mais adiante, disse o ministro:

HADDAD: Quem está valorizando o diálogo com a Câmara deveria também valorizar o diálogo com o Senado, que tem sido espetacular. E o fato é que a gente está conseguindo encontrar um caminho. Não está fácil. Não pense você que está fácil. A Câmara está com um poder muito grande, e ela não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o Executivo. Mas, de fato, ela está com um poder que eu nunca vi na minha vida. Passei nove anos em Brasília -- primeiro e segundo governos Lula e primeiro da Dilma -- e nunca vi nada parecido. Então eu penso que tem de haver uma moderação aí, que tem de ser construída. Ela ainda não está às mil maravilhas.

RECONVERSA: Sou muito realista. Eu não sei se, em algum momento, na política, alguém chega e diz assim: Renuncio a esse poder que eu tenho, quando este é, em certa medida, incontrastável.

HADDAD - Mas sabe o que é bom na democracia? A pessoa não vai ter esse poder para sempre. A instituição pode até ter. Mas você não sabe nas mãos de quem ela vai estar daqui a dois anos, daqui a quatro anos, daqui a dez anos. Então, é nesses momentos de transição que você repactua. E aí tem o futuro, né? E o ser humano é caracterizado por isso, né? Ele tem futuro.

ACONTECEU O QUÊ?

Como toda a imprensa noticiou, haveria uma reunião nessa segunda à noite na residência oficial do presidente da Câmara com líderes partidários para tratar do arcabouço. Foi cancelada. Na raiz do adiamento, estaria a entrevista, embora muitos neguem que tenha sido essa a razão. Mas é certo que Lira não gostou, como se podia ler em seu perfil no Twitter. Releiam o que vai acima. O que há ali de ofensivo? Antes, diga-se, o ministro já havia saudado

o bom entendimento entre ele e o deputado também em outro momento:

O Lira e eu combinamos o seguinte: Olha, tem muito trabalho pela frente. Vamos separar o que é governo do que é Estado. Tem coisa que não é para este governo. Tem coisa que ou a gente recupera agora, ou não tem jeito . E aí ele [Lira] topou, e o Rodrigo Pacheco, que é um senador espetacular, também tem dado uma contribuição enorme .

É fala de um ministro que quer conflito? Não! Mas Haddad havia pontuado, o que é evidente, que o Brasil saiu do chamado presidencialismo de coalizão para uma espécie de parlamentarismo sem primeiro-ministro. Há nisso ofensa ao Poder Legislativo? Tenham paciência! Se uma constatação como essa não pode ser tolerada, então não se trata apenas de um poder que chamei de incontrastável , ainda que na democracia, e sim da aspiração a uma tirania.

ESCLARECIMENTO

O próprio Haddad desceu à portaria do Ministério da Fazenda e afirmou aos jornalistas:

As minhas declarações foram tomadas como uma crítica à atual legislatura. Na verdade, eu estava fazendo uma reflexão sobre o fim do chamado presidencialismo de coalizão. Nós tínhamos, até os dois primeiros governos Lula, um presidencialismo de coalizão. E isso não foi substituído por uma relação institucional mais estável. Longe de mim querer criticar a atual legislatura. Era uma reflexão justamente para que a gente estabelecesse regras mais estáveis e duráveis, pensando no futuro da relação entre Executivo, Senado e Câmara Federal .

Haddad não escondeu, e fez muito bem, que o próprio Lira cobrou que fizesse um esclarecimento:

Foi excelente [a ligação]. Ele [Lira] falou: Haddad, talvez caiba um esclarecimento, porque as pessoas estão achando que foi uma crítica pessoal e, à luz de toda a relação que foi estabelecida entre nós, eu gostaria que você esclarecesse .

ASSISTIR AO VÍDEO

Duvido que Lira tenha visto a íntegra da entrevista. O conjunto da obra parece contar com a participação de gente dada à futrica. Longe da crítica pessoal, como se nota lá, fala-se de ordenamento institucional. O presidente da Câmara não pode correr o risco de achar que o poder que detém hoje é eterno, não é mesmo? Escreveu no Twitter:

A Câmara dos Deputados tem dado sucessivas

demonstrações de que é parceira do Brasil, independente do governo de ocasião. Todos os projetos de interesse do país são discutidos e votados com toda seriedade e celeridade.

A PEC da Transição, a histórica aprovação da **Reforma Tributária** e a votação do Arcabouço Fiscal, votadas para e neste Governo, são legados deixados por uma Câmara dos Deputados comprometida com o país, seu progresso e desenvolvimento, como anseia o povo brasileiro.

É equivocado pressupor que a formação de consensos em temáticas sensíveis revela a concentração de poder na figura de quem quer que seja. A formação de maioria política é feita com credibilidade e diálogo permanente com os líderes partidários e os integrantes da Casa.

Essa missão é do Governo, e não do Presidente da Câmara, que ainda assim tem se empenhado para que ela aconteça. Manifestações enviesadas e descontextualizadas não contribuem no processo de diálogo e construção de pontes tão necessários para que o país avance!

VAMOS VER

A única manifestação descontextualizada é a do presidente da Câmara. Tivesse visto a entrevista, Lira teria constatado que o ministro exaltou o entendimento -- inclusive com o próprio.

Há um problema de preposição no texto do deputado: PEC da Transição, **reforma tributária** e arcabouço fiscal não foram votados neste governo, sim, mas não para este governo. Como ele reconhece, isso é do interesse do Brasil.

E, como resta evidente, poucos se empenharam tanto em fazer uma maioria política como Lula, já na negociação da PEC da Transição, que também era para encerrar aquele governo (o de Bolsonaro), apoiado por Lira. Como deve se lembrar o deputado, a farra reeleitoral tornou especialmente difícil equilibrar as contas públicas.

Ademais, indague-se: Lula tem ou não tem colocado seu peso político e os mais de 60 milhões de votos que recebeu em defesa das reformas?

ENCERRO

Nesta terça, líderes e o presidente da Câmara se encontram para debater o arcabouço fiscal. Haddad deve estar presente. Observem: o ministro reconheceu o enorme poder de Lira, não o contrário. Só não o chamou de César.

PÓS-ENCERRAMENTO

No dia 7 de setembro de 2021, Bolsonaro fez o mais golpista de todos os seus discursos, em evento em São Paulo. Chegou a dizer que não mais cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes. Todos esperam uma reação de Arthur Lira. Ela veio só dois dias depois:

A princípio, a assessoria jurídica está observando a fala na íntegra. Já temos alguns posicionamentos que falam que decisões inconstitucionais não seriam cumpridas. Ninguém é obrigado a cumprir decisão inconstitucional. Agora, decisão correta da Justiça, lógico, todos nós temos obrigação de cumprir. Decisão de Justiça já se diz, se cumpre. Se contesta, se recorre, mas se cumpre.

Faltou a Lira dizer se reconhecia, então, o direito de Bolsonaro ser juiz dos juízes. Tivesse reagido apenas na medida e de pronto à fala golpista, sem precisar nem do exagero, e talvez não se tivesse chegado ao 8 de janeiro de 2023. Faltou, em suma, ao presidente da Câmara ter com a truculência golpista um tantinho da dureza que tem com a civilidade democrática.

Nunca é demais lembrar: os diamantes são (quase) eternos; o poder não.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2023/08/15/reconversa-reacao-exagerada-de-lira-prova-acerto-da-fala-cordata-de-haddad.htm>

Projeções de inflação encostam no teto da meta e diminuem risco de estouro

Nathalia Garcia

O risco de estouro da meta de **inflação** vem recuando desde o início do ano, quando era dado como quase certo que o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ficaria acima do limite a ser perseguido pelo Banco Central em 2023 pela terceira vez consecutiva.

A melhora da percepção do cenário à frente tem levado as projeções do BC, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do mercado financeiro convergir em direção ao teto do alvo deste ano, de 4,75%.

O centro da meta de **inflação** fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para 2023 é de 3,25% -com 1,5 ponto percentual de intervalo de tolerância para cima e para baixo.

Segundo o boletim Focus divulgado pelo BC nesta segunda-feira (14), as expectativas dos analistas para a **inflação** estão hoje em 4,84% no acumulado até dezembro. No início de maio, em meio às críticas do governo Lula ao alto patamar de juros e às incertezas relacionadas à meta de **inflação** e à política fiscal, a mediana das previsões se encontrava acima de 6%.

Em julho, o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) -índice oficial de **inflação** do país- passou a acumular alta de 3,99% em 12 meses, após elevação de 0,12% no mês. Mas a trajetória da **inflação** passará por altos e baixos até o fim do ano.

Embora o número de julho tenha vindo acima das projeções de boa parte dos analistas do mercado financeiro, o resultado "não deixa de ser razoável" na visão do economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP.

O especialista diz que o último dado disponível mostra que os preços do setor de serviços -principal ponto de alerta do BC por ter comportamento mais resiliente- vêm desacelerando com o reequilíbrio entre oferta e demanda após choques da pandemia.

No mês passado, houve queda no ritmo de alta nos preços dos serviços com características turísticas, como passagens aéreas. Alimentação e energia elétrica ajudaram também a conter uma elevação maior do índice.

Carmo, que antes temia um possível impacto de fortes geadas na produtividade do setor agrícola, vê agora riscos menores. Por ora, o El Niño, fenômeno climático conhecido por afetar a distribuição de chuvas no território, não o preocupa tanto. Segundo ele, os efeitos poderão ser sentidos sobretudo no ano que vem, quando será preciso ficar mais atento.

Como as deflações registradas no segundo semestre de 2022, puxadas pela redução artificial de **tributos** sobre combustíveis no período eleitoral, sairão da base de cálculo do IPCA no acumulado até dezembro, o economista projeta que a **inflação** chegue a um número próximo de 5,3% em setembro para depois recuar.

"A situação está com possibilidade de controle, se não houver derrapagem na política fiscal ou algum problema internacional que tenha impacto significativo sobre insumos, como combustíveis, é mais provável que a **inflação** fique dentro do intervalo da meta neste ano", disse.

Apesar de uma evolução do preço internacional do petróleo como um risco potencial para a **inflação** em 2023, ele pondera que a Petrobras poderá administrar eventuais efeitos, diluindo os impactos no tempo, com sua nova política de preços de combustíveis em vigor.

"[Atingir a meta] será até um prêmio ao BC pelo esforço de manutenção da política monetária e ele não precisará escrever aquela cartinha para justificar a **inflação** fora da meta", acrescentou.

Quando a **inflação** anual fica fora do intervalo de tolerância, como ocorreu em 2021 e 2022, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, precisa escrever uma carta endereçada ao ministro da Fazenda explicando as razões para o descumprimento do objetivo.

No relatório trimestral de **inflação**, divulgado em junho, o BC reduziu a probabilidade de a **inflação** ficar acima do limite superior em 2023 para 61%, ante 83% no relatório divulgado em março. O cenário considerava que a **inflação** terminaria o ano em 5%, depois de avançar gradualmente até atingir 5,38% em setembro.

"O cenário de referência até setembro contempla variações baixas nos preços de alimentos, em linha com a sazonalidade favorável e com a evolução benigna dos preços de produtos agropecuários no atacado", disse o BC no documento.

"Entre os administrados, os preços da gasolina deverão ser pressionados por mais uma etapa da reoneração dos **impostos** federais no início de julho. Essa elevação tende a ser compensada parcialmente pela dissipação das altas observadas no trimestre anterior nos preços de produtos farmacêuticos, jogos de azar e tarifas de água e esgoto", continuou.

A projeção da autoridade monetária, entretanto, foi revisada para baixo na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), em 2 de agosto, para 4,9%.

No encontro, o colegiado do BC argumentou que a melhora parcial das expectativas do mercado financeiro contribuiu para a redução de suas projeções de referência. No entanto, ponderou que variáveis que afetam a estimativa do hiato do produto - grau de ociosidade da economia - compensaram esse movimento, fazendo com que o recuo fosse pequeno.

Na sexta (n), Campos Neto recebeu o dado mais recente divulgado pelo IBGE de maneira positiva, dizendo ver a **inflação** voltando para a meta.

"A gente se preocupa um pouco com essa **inflação** de serviços principalmente. O núcleo está bem acima da meta, 6,5%", afirmou em evento em Curitiba.

O governo Lula também passou a ver como "plausível" pressupor que a **inflação** ficará dentro do intervalo do alvo ainda neste ano depois que sua projeção passou a se situar em patamar próximo ao limite superior da banda, em 4,85%. Em maio, a expectativa era de 5,58%.

Segundo boletim divulgado em julho pela SPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Fazenda, o recuo passa pelas surpresas positivas com o IPCA de abril e maio, o reajuste para planos de saúde levemente inferior ao projetado, a redução nos preços da gasolina, diesel e gás de botijão nas refinarias, além de revisões nas tarifas de energia elétrica residencial e ônibus urbano.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, ressalta que tanto o índice cheio de **inflação** quanto os núcleos -parâmetro que tira os itens mais voláteis- mostram tendência de queda à frente.

"[Houve] aumento expressivo das chances de o I P C A

terminar este ano dentro do limite superior da banda superior da meta de **inflação**. Essa perspectiva não estava no horizonte até alguns meses atrás", disse ele na apresentação do relatório.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50369&maxTouch=0&anchor=6481619&pd=ea60654ce91c3962184013066233b954>

A revolta dos argentinos (Editorial)

Os argentinos estão a ponto de se rebelar contra o Estado, conforme se depreende do resultado das eleições para a escolha dos candidatos à presidência do país, em 22 de outubro.

Javier Milei, de extrema direita, angariou 30% dos votos válidos e atropelou as duas forças tradicionalmente rivais na política do país vizinho - o peronismo e a centro-direita, maculados pelo fracasso na condução da economia do país. A perspectiva de chegar em terceiro lugar na disputa presidencial dá a exata medida da profunda crise do peronismo.

A proposta de Milei de liberar a venda de órgãos é a menos chocante de sua inacreditável plataforma política, chamemos assim. Na hipótese de Milei ser eleito e conseguir implementá-la, o resultado prático será a desmoralização do establishment argentino, situação em que a política inexistente ou é apenas acessória do populismo.

Ao que parece, a irresistível ascensão de Milei é impulsionada pelos votos de jovens que não sabem o que é uma Argentina estável e próspera. São décadas de incúria, desmandos e corrupção que arruinaram a economia do país e minaram drasticamente a confiança dos cidadãos nos políticos e nos partidos. A alta abstenção, embora o voto seja obrigatório, reforça a sensação de desencanto e raiva.

A Argentina jamais esteve tão perto da ingovernabilidade, do caos econômico e da ruína democrática neste século. Nem mesmo quando a turba em desespero derrubou o governo de Fernando de la Rúa, em dezembro de 2001. Como sintetizou o jornal La Nación, a vitória de Milei nas primárias teve o efeito de um "terremoto".

O surgimento de uma nova força política na Argentina, assentada no fortalecimento da democracia liberal e em propostas econômico-sociais coerentes e factíveis, traria confiança nos rumos do país. Eleitores, países vizinhos e a comunidade internacional tenderiam a aplaudir a terceira via. Nada disso se assemelha ao fenômeno Milei. Seu discurso contra as "castas" políticas vem acompanhado de promessas econômicas irresponsáveis, razão pela qual não surpreendem a desvalorização de 18% do peso e o aumento da taxa de juros no dia seguinte às primárias.

Sob a égide do Estado limitado e do livre-comércio, seu plano de governo oculta demônios capazes de apavorar os mais respeitáveis gestores e teóricos

liberais.

Milei quer eliminar o Banco Central, como meio de combater a inflação, e quer dolarizar de vez a economia - um passo além do que ocorreu nos anos 1990, com desfecho desastroso em 2001. O comércio seria liberalizado ao extremo. Os impostos e os gastos públicos sofreriam cortes ferozes, como se não houvesse subsídios sociais necessários num país em que metade da população é pobre. A dívida pública não é mencionada nas 34 páginas do plano.

Milei faz parte da onda populista de ultradireita, a mesma que gerou Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Viktor Orbán na Hungria.

Não há dúvidas sobre seu desprezo pelo Estado de Direito e sobre a sandice de suas propostas econômicas, mas não será fácil para o peronismo e a centro-direita reconquistarem parte dos indignados que se entusiasmarão pelo candidato que promete implodir a Argentina

Síte: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

China acumula dados econômicos decepcionantes

VITOR DA COSTA

Quando a China flexibilizou as restrições contra a Covid-19 no fim do ano passado, muitos analistas, investidores e empresários esperavam que a economia apresentasse um crescimento rápido e robusto.

Não foi o que aconteceu.

Desde então, as exportações recuaram, os investimentos estrangeiros estagnaram, menos projetos habitacionais estão sendo iniciados e o desemprego entre os jovens continua alto.

Diferentemente do que ocorreu em outros países, como Estados Unidos e Brasil, onde a forte **inflação** do pós-pandemia obrigou os bancos centrais a elevarem os juros, a China chegou a registrar deflação. Puxado por alimentos, o índice de preços ao consumidor caiu 0,3% em julho na comparação anual, o primeiro recuo desde fevereiro de 2021.

Já os preços ao produtor tiveram queda de 4,4% no mês passado em relação a julho de 2022 -o décimo recuo consecutivo.

A demanda fraca forçou fábricas e empresas a reduzirem os preços.

Embora a queda dos preços na China possa ajudar a arrefecer a **inflação** global, o movimento demonstra uma fraca demanda interna, o que adiciona receios para a economia mundial e para países com fortes relações comerciais com Pequim.

A sócia da assessoria Vallya e especialista em China, Larissa Wachholz, observa que a maior parte da população chinesa era cética quanto à possibilidade de uma retomada veloz: -A confiança das famílias é um elemento importante, principalmente pensando na transição de modelo econômico que a China tenta fazer, que é passar de uma economia que exporta e investe em infraestrutura para uma economia que dependa cada vez mais do mercado doméstico e da capacidade de consumo.

A economista-chefe para Ásia-Pacífico da consultoria Natixis, Alicia Garcia Herrero, também destaca a falta de confiança como um dos motivos para o consumo

interno estar abaixo do esperado: - Além disso, o crescimento estagnado da renda disponível e o alto desemprego juvenil deixa todos mais conservadores. Eles sabem que sua renda pode não crescer mais tão rápido.

O desemprego entre os jovens atingiu 21,3% em junho.

IMPACTOS PARA O BRASIL

Por aqui, o maior impacto deve ser na exportação de commodities metálicas. Os preços do minério de ferro têm patinado no mercado internacional, rondando os US\$ 100 por tonelada nos últimos meses. Na B3, as ações da Vale, que têm exposição à China, acumulam queda acima de 20% no ano.

-Nossas exportações para a China, para o bem e para o mal, são de produtos primários, que tendem a ser mais resilientes.

Mas acredito que é importante para o Brasil que a China consiga fazer essa transição de modelo econômico.

Se eles tiverem sucesso nessa política, o Brasil vai conseguir agregar valor a seus produtos e inserir novos itens na pauta (de exportações). Se essa transição demorar ou não ocorrer, seria uma janela de oportunidade perdida para nós -diz Larissa.

O analista de commodities do Itaú BBA, Daniel Sasson, espera que os níveis do preço do minério permaneçam em torno de US\$ 100 por tonelada até o fim do ano. Não é uma cotação baixa, diz, mas é bem inferior aos patamares dos últimos anos, quando a commodity ultrapassou os US\$ 200: - Esse preço de minério de ferro mais baixo faz com que a geração de caixa seja menor. Portanto, o pagamento de **impostos** à União e o retorno de dinheiro aos acionistas será mais baixo.

Louise Loo, economista especializada em China da Oxford Economics, destaca que o atual desempenho da economia chinesa pode ser atribuído ao estímulo contido da demanda durante a pandemia, aos anos de aperto regulatório às empresas privadas e a uma correção do setor imobiliário, que tem forte peso no **PIB**. Ela observa ainda que uma economia global em

desaceleração, como resultado do aperto monetário para conter a **inflação**, vai reduzir a demanda por produtos chineses.

O valor total das exportações chinesas caiu 14,5% em julho, na comparação anual, a maior queda desde fevereiro de 2020. Já as importações cederam 12,4%, segundo dados da administração alfandegária do país divulgados na semana passada.

Quanto à demanda interna, Louise lembra que, se em outros países o consumo explodiu no pós-pandemia, na China os consumidores se mantiveram conservadores.

NOVA CRISE IMOBILIÁRIA?

O setor imobiliário vem dando sinais de fraqueza desde o início do ano. O início de novas construções caiu 24,3% em relação ao ano anterior em junho.

Pesa ainda o temor de inadimplência da Country Garden Holdings, a maior incorporadora da China em vendas.

Na semana passada, ela deixou de honrar o vencimento de alguns títulos. Ontem, suas ações desabaram 18%.

-Um fator-chave que impulsiona a economia da China é o mercado imobiliário, e a desaceleração contínua no setor continua sendo um grande fardo para a economia.

Para estabilizar a economia, é fundamental estabilizar o mercado imobiliário - disse a economista do Julius Baer, Sophie Altermatt.

Segundo Sasson, do Itaú BBA, nem o anúncio recente de medidas de incentivo deu ânimo ao mercado: -O consumidor se questiona se vale a pena comprar agora se daqui a três meses ele pode comprar por um valor mais baixo. A questão talvez não seja muito o crédito, mas sim o desconforto da população com renda e emprego.

PREVISÕES MENORES As empresas, por sua vez, hesitam em aumentar a produção ou os investimentos. O diretor assistente e economista da Moody's Analytics, Harry Murphy Cruise, ressalta que elas têm na memória os repetidos lockdowns de 2022 e as súbitas mudanças na política econômica. Por isso, diz, muitas adotam a postura de "esperar para ver".

Com a sequência de números abaixo do esperado, crescem as expectativas com novas políticas de estímulo. O governo já reduziu os juros, e órgãos estatais têm adotado medidas pontuais de estímulo ao

mercado privado e ao consumo, mas o resultado ficou aquém do esperado.

-As autoridades ainda estão muito focadas no "crescimento de alta qualidade", o que significa que qualquer retorno a fortes estímulos é improvável.

As medidas anunciadas até agora, no entanto, são principalmente do lado da oferta. Resta saber se isso aumentará a demanda do consumidor de forma significativa -disse Louise, da Oxford Economics, que prevê crescimento de 5,1% este ano.

No segundo trimestre, a alta foi de 6,3%, abaixo das projeções de 7,3%. Com isso, bancos como o JPMorgan, Citi e Morgan Stanley reduziram suas estimativas para o **PIB** no ano. Agora, parte dos analistas avalia que a China apenas atingirá a meta do governo, de crescimento de 5% -pouco para um país habituado a taxas de expansão de dois dígitos.

-Quando as autoridades anunciaram a meta no início deste ano, presumimos que a estratégia era prometer pouco e entregar demais. Agora, existe o risco de que 2023 seja uma história de promessas demais e entregas insuficientes -diz Cruise, da Moody's Analytics, que reduziu sua projeção de 5,4% para 5,1%.

*

"Existe o risco de que 2023 seja uma história de promessas demais e entregas insuficientes"

Harry Murphy Cruise, diretor assistente e economista da Moody's Analytics

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad descarta fim do parcelamento sem juros

Edla Lula

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou ontem mudanças nas compras parceladas "sem juros" no cartão de crédito, ao menos por ora. Um grupo de trabalho estuda alternativas para solucionar a inadimplência e as altas taxas cobradas no crédito rotativo, que em junho alcançaram 437,3% ao ano. A ideia do fim do parcelamento seria defendida pelos bancos.

No rotativo, o consumidor pode optar por adiar parte da fatura para o mês seguinte, pagando apenas um valor mínimo.

Como os juros são elevados, muita gente acaba não conseguindo quitar a dívida.

"Nosso foco é o crédito rotativo.

Tenho o compromisso dos bancos de que essa mesa de negociação tem prazo para terminar", afirmou Haddad, referindo-se ao grupo de trabalho criado para tratar a questão. Participam do grupo representantes do ministério da Fazenda, do Banco Central, da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IBV).

O grupo estabeleceu o prazo de 90 dias para apresentar uma proposta, que pode incluir o fim do rotativo. As negociações envolvem também o diálogo com o Congresso sobre o assunto, uma vez que existe, na Câmara, um Projeto de Lei tratando do assunto. O grupo de trabalho, segundo Haddad, mantém conversas com tanto com o autor do PL, Elmar Nascimento (União-BA) e com o relator, deputado Alencar Santana (PT-SP).

O tema do parcelamento sem juros foi colocado em público na quinta-feira da semana passada, quando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, falando em sessão no Senado, afirmou que, além do rotativo, seria necessário resolver o parcelamento em muitas vezes sem juros, que aumenta o risco dos bancos. A ideia, segundo ele, seria criar mecanismos para "desincentivar" o parcelamento sem juros em prazos tão longos.

"A gente tem um parcelado sem juros, que ajuda muito o comércio, que ajuda muito a atividade, mas que tem

aumentado muito o número de parcelas, de três para cinco, para sete, para nove, para onze. Hoje, o prazo médio são 13 parcelas. Então, é como se fizessem um financiamento de longo prazo sem juros", comentou Campos Neto.

Ontem, Haddad afirmou que prefere não misturar os dois assuntos.

"O rotativo afeta muito a vida das pessoas e o parcelado sem juros responde hoje por 70% das compras feitas no comércio. Então, temos que ter muito cuidado para não afetar as compras no comércio, e não gerar outro problema para resolver o primeiro", ponderou o ministro. "Nós herdamos uma taxa de juros absurda do rotativo e vamos ter que equacionar, mas isso não passa por prejudicar o consumidor que está pagando as suas contas em dia", completou o ministro.

Polêmica

A questão do rotativo e do parcelamento divide também entidades do mercado financeiro. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Internet (Abranet) abriram uma polêmica sobre os juros exagerados do cartão de crédito.

Enquanto a Febraban justifica que um dos motivos de os juros do cartão serem tão altos é o parcelamento sem juros - uma "distorção do mercado brasileiro" -, a Abranet defende a operação e ressalta que o parcelamento é responsável por 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. Ontem, Campos Neto teve reunião a porta fechadas com representantes do setor financeiro para tratar do assunto.

Em nota, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, afirmou que os bancos não têm qualquer pretensão de acabar com as compras parceladas no cartão de crédito, mas defendeu um "redesenho" do rotativo e o "aprimoramento do mecanismo de parcelamento" de compras. "Estudos indicam a necessidade de medidas de reequilíbrio do custo e do risco de crédito. Para tanto, é necessário debater a grande distorção que só no Brasil existe, em que 75% das carteiras dos emissores e 50% das compras são feitas com parcelado sem juros", destaca o **comunicado**.

Segundo Sidney, o prazo de financiamento impacta diretamente no custo de capital e no risco de crédito, "e a inadimplência das compras parceladas em longo prazo é bem maior do que na modalidade à vista".

A Abranet, por sua vez, informou que é contrária à proposta de encarecer e limitar as compras parceladas sem juros no cartão de crédito, porque isso vai prejudicar os lojistas, os consumidores e a economia do país.

"Os grandes bancos já tentaram, no passado, acabar com as compras parceladas, também conhecidas como Parcelado sem Juros (PSJ). Com a reação de comerciantes (principalmente os menores) e de consumidores, o assunto foi abandonado - mas ressurgiu de tempos em tempos.

E para não falar em acabar com o PSJ, a estratégia agora é mais inteligente: encarecer e limitar o PSJ, cobrando mais taxas quanto mais parcelado for o pagamento, e diminuindo a quantidade de parcelas disponíveis para o consumidor. Na prática, significa reduzir e, com o tempo, acabar com o PSJ", destaca nota da Abranet.

(Colaborou Rosana Hessel)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/15/all.pdf>

Risco econômico nas primárias argentinas (Editorial)

É forte a aversão ao risco no mercado financeiro após o resultado das eleições primárias na Argentina, em razão da vitória do candidato de extrema-direita Javier Milei, cujas principais propostas econômicas são dolarizar a economia e fechar o banco central do país. O político se apresenta como "anarcocapitalista".

A narrativa política de Milei também preocupa o mercado financeiro. Pretende proibir o aborto, legalizar a venda de órgãos e adotar outras medidas ultraconservadoras e polêmicas. A crise econômica desiluiu os argentinos com os partidos políticos e abriu as portas para Milei, que seduziu os jovens. O voto nas primárias, obrigatório para os adultos, é um ensaio geral para a eleição de 22 de outubro, uma indicação clara de quem é o favorito à Presidência.

A eleição de outubro afeta o enorme setor agrícola da Argentina, um dos maiores exportadores mundiais de soja, milho e carne bovina. São impactados os títulos públicos e as negociações do acordo sobre dívida de 44 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A **inflação** argentina, que está 115,6% em 12 meses, com juros em 118% ao ano, deve disparar.

Somente neste ano, o peso argentino sofreu uma desvalorização de quase 40%. A dolarização da economia e o fim do câmbio negro são propostas que também seduzem a classe média argentina. Mas são medidas de curtíssimo prazo, que não enfrentam nenhum problema estrutural do país vizinho.

A Argentina ficaria totalmente dependente da política monetária dos Estados Unidos. Com isso, o Mercosul seria inviabilizado, mais uma vez, às vésperas de conseguir um acordo com a União Europeia. Se isso ocorrer, será um grande revés para a política de integração regional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As primeiras reações do mercado financeiro argentino ontem foram péssimas: a cotação do dólar blue, extraoficial, chegou a 670 pesos. A reação do Banco Central argentino foi subir a taxa de juros e fixar o câmbio oficial em 350 pesos, até outubro, quando ocorrerão as eleições. Entretanto, a dolarização informal já está em curso, por causa do clima de instabilidade política e da derrota do candidato peronista, que ficou em terceiro lugar.

Com adoção do dólar como moeda oficial pelo governo, a dolarização seria completa e o peso argentino deixaria de circular. O principal impacto, segundo os especialistas, seria sobre as pessoas de baixa renda, que passariam a receber seus salários também em dólar, sem precisar mais trocar as moedas, sujeitas às fortes oscilações das taxas de câmbio.

O efeito mais imediato seria a estabilização dos preços, pois o governo do país não poderia mais emitir moeda. Teoricamente, os preços internos seriam equalizados aos preços dos produtos importados, para que haja competitividade e menos **inflação**.

O Brasil seria o país mais impactado por essa mudança. A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. As duas nações representam 63% da área total da América do Sul, 60% de sua população e 61% do **PIB**. Obtivemos saldo comercial positivo de US\$ 2,2 bilhões com a Argentina em 2022. Foram US\$ 15,3 bilhões em exportações para o país vizinho contra US\$ 13,1 bilhões em importações de mercadorias argentinas.

Milei obteve mais de 30,5% dos votos, muito acima do previsto, com o principal bloco conservador de oposição bem atrás, com 28%; e a coalizão governista peronista ficou em terceiro lugar, com 27%. Dentro da coalizão Juntos pela Mudança, a candidata conservadora Patricia Bullrich, ex-ministra da Segurança, venceu o moderado prefeito de Buenos Aires Horácio Larreta, que prometeu apoiar a campanha dela.

O ministro da Economia, Sergio Massa, candidato peronista, sofreu uma derrota anunciada: era o candidato errado no momento errado, pois quatro de cada dez argentinos estão abaixo da linha de pobreza. Essa foi a maior derrota eleitoral dos peronistas na história.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/08/2023/p1>

Processo de desinflação é lento, diz diretora que divergiu no Copom

Lucas Bombana

Diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do BC (Banco Central), Fernanda Guardado afirmou nesta segunda-feira (14) que o processo de desinflação em curso no país tem ocorrido de maneira lenta e que uma convergência para a meta deve demorar mais dois anos.

"A economia está apresentando uma desinflação lenta, que a gente espera que traga a convergência para a meta de 3% no início de 2025", afirmou, durante transmissão online no canal da autoridade monetária no YouTube.

Ela assinalou que a perda de ímpeto da pressão inflacionária reflete o trabalho iniciado pelo BC em 2021, que levou a taxa básica de juros da mínima histórica de 2% ao ano para 13.75% no fim do ano passado.

No início do mês, o Copom (Comitê de Política Monetária) anunciou o primeiro corte de juros no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a redução da taxa básica (Selic) em 0,5 ponto percentual -de 13,75% Para 13.25% ao ano. O tamanho do afrouxamento gerou divergências e o placar final foi apertado (584), mas os diretores foram unânimes em antever novas quedas de 0,5 ponto nas próximas reuniões.

Já os dados mais recentes de **inflação** divulgados na sexta-feira (n) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 0,12% em julho, alta acumulada de 3,99% em 12 meses.

Fernanda, que divergiu da maioria e votou por uma alta de 0,25 ponto percentual na reunião de agosto do Copom, afirmou que o mercado de trabalho no país está aquecido, com uma taxa de desemprego "relativamente baixa" e que o BC trabalha com uma projeção de crescimento de 2% do **PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil neste ano.

"A economia tem tido um resultado bastante bom nos últimos três anos", afirmou.

Ela acrescentou que o risco de um ambiente global de

inflação persistentemente alta segue no radar do BC, em um cenário de mercado de trabalho apertado em diversos países e com a guerra na Ucrânia que mantém as cadeias de suprimentos pressionadas. "O Brasil não é uma ilha e estamos expostos a esse tipo de pressão nos preços."

Já entre as oportunidades que se abrem ao país, a diretora do BC abordou o potencial de atração de recursos à região relacionados a projetos de sustentabilidade. "O Brasil tem uma grande vocação para a geração de energia limpa e de projetos que combatam o desmatamento ilegal".

A diretora disse também que o BC estima que a taxa de juros neutra está hoje em 4,5% ao ano, em termos reais, ou seja, sem considerar a **inflação**. Levando em conta a meta de **inflação** de 3%, a taxa de juros neutra nominal chega a 7,5%, disse.

A taxa de juros neutra é aquela que garante que a demanda está crescendo em linha com a oferta, de modo a não criar pressões inflacionárias na economia, explicou Fernanda.

A diretora do BC disse também que pares emergentes como México, Chile e Colômbia têm, historicamente, taxas neutras de juros mais baixas que o Brasil, entre 0,5% e 2% real. Segundo ela, a taxa mais alta no país se deve a fatores como o tamanho da dívida pública, o potencial de crescimento da economia e o grau de produtividade.

A economia está apresentando uma desinflação lenta, que a gente espera que traga a convergência para a meta de 3% no início de 2025

Fernanda Guardado, diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do Banco Central

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50369&maxTouch=0&anchor=6481619&pd=ea60654ce91c3962184013066233b954>

Prévia do PIB tem alta de 0,63% em junho, diz BC

THAÍS BARCELLOS/BRASÍLIA

A economia brasileira voltou a crescer em junho, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br).

O indicador subiu 0,63%, na série sem efeitos sazonais. Em maio, a queda havia sido de 2,05%. O IBC-Br é visto como uma prévia do **PIB** oficial do País, medido pelo IBGE.

No acumulado do segundo trimestre, o IBC-Br acumula alta de 0,43%, abaixo do resultado registrado no primeiro trimestre (1,9%). A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, avalia que parte desse 0,43% ocorreu ainda por conta do impulso da agropecuária.

Ela acrescenta que houve alguma recuperação da atividade econômica em junho, mas que, em geral, os sinais são de desaceleração.

Para o economista da CM Capital Matheus Pizzani, o crescimento do IBC-Br em junho se deu por fatores sazonais, que não devem se repetir. Por isso, diz ele, o resultado do mês não indica que há tendência de crescimento da economia à frente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O que impede o acordo com a UE - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A União Europeia exigiu o inaceitável durante os recentes desdobramentos da negociação. Quer que a aferição do desmatamento da Amazônia não seja feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE. Quer impor o monitoramento por institutos europeus. O INPE é uma instituição que custou a ser feita, exigiu grande empenho e investimento por décadas, e recentemente sobreviveu ao ataque frontal do governo Bolsonaro. Imagina se seria o governo Lula a aceitar que ele seja colocado de lado, em favor do que quer que fosse?

Há outros pontos de dificuldades, no item compras governamentais, mas a tentativa de tirar o INPE de seu papel institucional é que se tornou uma pedra inamovível neste acordo. O governo não tem entrado em detalhes, e quando critica os europeus fala apenas do protecionismo, principalmente o francês, que é notório. Mas o que realmente pegou foi isso.

Curioso é que é um momento em que Brasil e Europa estão de acordo sobre os pontos principais: a necessidade de proteger a Amazônia, de fortalecer os órgãos de controle, de combater o crime e ter metas de desmatamento zero. Em 2019, quando houve a assinatura do acordo, nada havia em comum nesta questão, que é hoje definidora. Logo depois, por óbvio, empacou na questão ambiental.

Agora, isso poderia ser removido, mas eles exigem que não seja o INPE a autoridade brasileira do monitoramento. O órgão científico brasileiro tem respeito internacional, e mostrou robustez institucional na briga recente com a extrema direita.

Mas esse é mesmo o acordo dos fantasmas sucessivos. O atual foi inventado pelos europeus.

Mas outro acaba de aparecer no horizonte argentino. O cenário de que a extrema direita governe a Argentina, com um clone de Bolsonaro e Trump, aumenta a improbabilidade de se fechar um acordo bloco a bloco.

A Argentina é o país capaz de recriar várias crises simultaneamente. O Brasil pelo menos viveu a crise inflacionária e de dívida externa entre o começo da década de 1980 e meados de 1990. A crise política

que levou a um governo de extrema direita, com um presidente de falas e comportamentos delirantes e insultuosos, ocorreu só agora, entre 2019 e 2022. Lá eles parecem querer unir o pior da economia com o pior da política. Ontem, a crise econômica se agravou com alta do dólar em 22%, juros com taxas de 118% ao ano, **inflação** anual de 115,6% registrada em junho e a sombra do fortalecimento da extrema direita.

Há ainda chance de a Argentina evitar a eleição de um governante como Javier Milei, porque afinal o que houve agora foram as primárias. O país vai passar até o fim do ano pelos dois turnos das eleições.

Mas, convenhamos, tanto a esquerda, quanto a direita erraram na condução da economia e levaram os argentinos a um tormento econômico que parece sem fim. É exatamente nessa conjuntura que surgem pessoas como Javier Milei com seu projeto desconexo e desorganizador.

Enquanto essa sombra pairar sobre a Argentina, pouca chance há de o acordo entre os dois blocos sair do papel, das intenções, dos discursos para a realidade. E ainda que o pior cenário seja afastado, a desorganização econômica argentina já começou a piorar.

Ontem houve maxidesvalorização do peso.

Isso vai alimentar a **inflação** e os temores de novos confiscos como o famoso **corralito**.

Mesmo se não houvesse a desordem econômica e a extrema incerteza política argentina, haveria esse outro obstáculo a paralisar as negociações pelo lado do Brasil.

Eu conversei com autoridades que me disseram que não há possibilidade de se aceitar qualquer acordo que tire a autonomia do INPE. É difícil construir e manter instituições.

E o Brasil acaba de passar por um teste de estresse de grande magnitude.

É lamentável que a União Europeia não tenha entendido o que foi a resistência institucional brasileira dos últimos quatro anos. A Argentina tem a origem da sua crise exatamente no enfraquecimento de órgãos

do estado. Um clássico desse fenômeno foi o desmonte do Indec, o IBGE argentino, feito pelo governo Cristina Kirchner. Levou ao aumento da **inflação** e da crise de confiança nos indicadores. Depois Cristina fez uma intervenção no Banco Central, também desastrosa. Milei propõe, sem explicar como, acabar com o Banco Central. A qualidade das instituições é parte fundamental de qualquer projeto de estabilidade econômica e democrática.

*

O acordo entre Mercosul e UE fica mais distante pelas imposições europeias e agora pela sombra da extrema direita na Argentina

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Não acredito em Estado que não se importa com dívida', diz ministro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou partidos progressistas que defendem o endividamento do Estado como solução para eventual aperto orçamentário.

Haddad participou na sexta-feira do programa Reconversa, do jornalista Reinaldo Azevedo. A transmissão ocorreu ontem.

-Sou de esquerda e nunca defendi outra coisa no ponto de vista das finanças públicas.

Não acredito em Estado que deve, que não se importa com a dívida. Lamento afirmar que não consigo compreender quem se diz progressista e defende esse ponto de vista - afirmou.

Para ele, há situações históricas em que o Estado tem que "fazer déficit" e cita a pandemia como exemplo. Agora, o governo busca o equilíbrio fiscal no pós-pandemia, diz ele.

Haddad também avaliou que uma taxa básica de juros em patamar baixo durante o primeiro ano de pandemia acabou por gerar **inflação**. A Selic ficou em 2% ao ano de agosto a dezembro de 2020.

Ele voltou a defender a continuidade do ciclo de queda para um patamar que "não gere **inflação**". A Selic, no início do mês, foi reduzida de 13,75% para 13,25% ao ano.

-Se isso acontecer (garantia das metas de equilíbrio fiscal), você vai ver este país entrar em um ciclo de desenvolvimento sustentável virtuoso, vamos ter um crescimento que não observamos há muito tempo, vamos ver a taxa de juros cair como há muito tempo não se vê. No caso da taxa de juros, nós vimos há pouco tempo uma taxa de juros muito baixa, mas que trouxe problemas.

Quero uma taxa de juros baixa que não traga a **inflação** de volta -disse.

ROTATIVO DO CARTÃO

Na entrevista, Haddad disse que não teria votado pela lei de autonomia do Banco Central (BC), sancionada em 2021. O motivo, diz, seria o então presidente Jair Bolsonaro: - Eu não aprovaria nada com o Bolsonaro

no governo.

Haddad avalia que poderia haver questionamentos sobre a autonomia do BC se a Selic não tivesse sido reduzida este mês.

O ministro comentou a discussão sobre o fim do rotativo no cartão e mostrou preocupação com o impacto no bolso do consumidor: - Você tem que proteger quem está caindo no rotativo.

Claro, você tem que fazer alguma coisa por essa pessoa. Mas (sem) você comprometer o sistema de vendas, que é o padrão de compra hoje (parcelamento sem juros). Até alimento está sendo comprado assim.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Atividade tem alta de 0,63% em junho, mostra prévia do PIB

RENAN MONTEIRO

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado a prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou alta de 0,63% no mês de junho, em linha com as projeções do mercado financeiro, que eram de 0,6%.

Com isso, o segundo trimestre encerrou com crescimento de 0,43%, frente aos três primeiros meses do ano, já considerando o ajuste sazonal, feito para comparar dois períodos diferentes.

Apesar da alta, o segundo semestre mostra uma desaceleração da economia, já que de janeiro a março foi registrado um avanço maior, de 2,21%, ante o trimestre anterior (outubro a dezembro de 2022).

- O resultado de junho veio dentro do esperado. A alta do segundo trimestre foi um resultado bom, mostrando que a economia está consistente, crescendo aos poucos.

Isso reforça a tese de que o **PIB** vai ser acima de 2%. Vemos a economia crescendo aos poucos, com queda da **inflação** - avalia Piter Carvalho, economista-chefe da Valor Investimentos.

O resultado do segundo trimestre, em parte, ainda é explicado pelo crescimento do agronegócio de janeiro a março, na avaliação de Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

Ela acredita que houve "uma dissipação" para os meses seguintes.

Camila também menciona que, apesar de o BC ter iniciado um ciclo de corte dos juros, com queda de 0,5 ponto na Taxa Selic, a economia sentirá por algum tempo os efeitos da política monetária restritiva.

- Tem os efeitos defasados da política monetária, que permaneceu durante um ano no patamar de 13,75% - afirma.

FOCUS ELEVA PREVISÃO

De acordo com a consultoria G5 Partners, os juros vão continuar pesando em áreas como a indústria de manufaturados e sobre o varejo dependente do

crédito. Os analisam também avaliam que o impulso da agropecuária no primeiro semestre não se repetirá no segundo e citam, como exemplo, o fato de 90% da colheita da soja ser concentrada nos seis primeiros meses do ano.

A previsão para o crescimento da economia este ano subiu de 2,26% para 2,29%, de acordo com o boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo BC. Foi a segunda semana consecutiva que os agentes do mercado financeiro revisaram o **PIB** para cima.

Já a estimativa para 2024 seguiu em 1,30% e, para 2025, em 1,90%.

A expectativa mediana para a **inflação** em 2023 continuou em 4,84%, enquanto a **previsão** para o fim de 2024 cedeu pela quarta semana consecutiva, de 3,88% para 3,86%. A projeção para a **inflação** em 2025 seguiu em 3,50%.

Já a estimativa para a Selic no fim de 2023, 2024 e 2025 permaneceu em 11,75%, 9% e 8,50%, respectivamente.

(Colaborou Vitor da Costa)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>